

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

MARIA DA PENHA MARGON DELARMELINA

**SOCIEDADE, “AMOR” E CRIME: ANÁLISE ENTRE A EVOLUÇÃO DA
SOCIEDADE E O TRATAMENTO JURÍDICO REGALADO AOS
HOMICÍDIOS PASSIONAIS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2015**

MARIA DA PENHA MARGON DELARMELINA

**SOCIEDADE, “AMOR” E CRIME: ANÁLISE ENTRE A EVOLUÇÃO DA
SOCIEDADE E O TRATAMENTO JURÍDICO REGALADO AOS
HOMICÍDIOS PASSIONAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da
Fundação Universidade Federal de Rondônia –
UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves
Quiles – Cacoal, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada
sob a orientação do professor M.e Afonso Maria das
Chagas.

CACOAL - RO

2015

Delarmelina, Maria da Penha Margon.
D339s Sociedade, “amor” e crime: análise entre a evolução
da sociedade e o tratamento jurídico regalado aos
homicídios passionais/ Maria da Penha Margon
Delarmelina – Cacoal/RO: UNIR, 2015.
65 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientador: Prof. Me. Afonso Maria das Chagas.

1. Direito penal. 2. Violência. 3. Crime passional. 4.
Políticas públicas. I. Chagas, Afonso Maria das. II.
Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 343

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

SOCIEDADE, “AMOR” E CRIME: ANÁLISE ENTRE A EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE E O TRATAMENTO JURÍDICO REGALADO AOS HOMICÍDIOS PASSIONAIS

MARIA DA PENHA MARGON DELARMELINA

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, para obtenção do grau de Bacharela em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor M.e Afonso Maria das Chagas – UNIR – Presidente

Professora M.e. Daeane Zulian Dorst – UNIR – Membro

Professora M.e. Ozana Rodrigues Boritza – UNIR – Membro

Conceito: _____

Cacoal, 02 de Julho de 2015.

Dedico este trabalho aos meus inspiradores e amáveis pais, Plínio e Zulmira pelo apoio e incentivo proporcionados. E ao meu querido e eterno irmão, Cleber (*in memoriam*) por merecer todas as homenagens possíveis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu guia, que me concede sabedoria, persistência, força e amor necessários em todos os momentos alegres e difíceis de minha simplória vida. Se hoje realizo mais um projeto, é graças a Ele.

A minha família, papai e mamãe, que se mantiveram ao meu lado pacientemente, dando carinho, atenção e principalmente orientações quando as lágrimas de desespero foram maiores que meu destemor. Pessoas que o Divino me presenteou, e, desejo imensamente, que estejam por longos anos abençoando minhas conquistas, para no presente e futuro proporcionar todo amor dedicado...

A minha tia e xará, Maria da Penha, que mesmo distante em alguns momentos, sempre entendeu meus sonhos e auxiliou de alguma maneira para que pudessem ser alcançados.

As minhas melhores amigas, Lúcia e Dimitria, por torcerem e acompanharem meu crescimento não somente acadêmico, mas também social e familiar. Foram laços construídos não pelo sangue, mas de alma e coração.

A minha amiga, que se tornou irmã, Artenia, por tornar meus dias acadêmicos mais divertidos, somente nós compreendemos o que passamos nesses cinco anos. Amiga, que ficará nas lembranças, quando tomar tempo para recordar as alegrias, tristezas e vitórias construídas nesses dias.

Por fim, quero agradecer aos professores, não só acadêmicos, mas os que construíram meu aprendizado desde o início escolar. São transmissores de conhecimento que não precisam somente de homenagens, mas de respeito, admiração e reconhecimento. Obrigada, mestres.

Amar você é coisa de minutos
A morte é menos que teu beijo
Tão bom ser teu que sou
Eu a teus pés derramado
Pouco resta do que fui
De ti depende ser bom ou ruim
Serei o que achares conveniente
Serei para ti mais que um cão.
(Paulo Leminski)

RESUMO

O presente trabalho objetiva traçar uma síntese histórica de uma parte da sociedade brasileira, por meio de um processo verificativo do posicionamento legislativo, desde o período colonial, com as Ordenações Filipinas, à contemporaneidade, com a vigência do Código Penal, de 1940, acerca das mazelas, permitidas pelos códigos dos períodos, ao marido. A abordagem do tema instiga a pesquisa, a fim de conceituar os motivos que conduzem o indivíduo passional, tais como: a paixão, o amor, o ciúme, a fidelidade, a vingança, o adultério, o ódio, a preocupação com a honra, resultantes das condutas das vítimas que, para o passional, são indignas de confiança. Sentimentos causados principalmente por uma mente desequilibrada e perturbada que julga amar tanto, a ponto de cometer o homicídio. Oportuno dizer que diante de uma evolução legislativa e social, a discussão sobre o homicídio passional começou a tomar contornos com os movimentos feministas na tentativa de combater e traduzir a violência de gênero extrema, permitindo que o Estado proponha e aplique políticas públicas suficientes para promover a igualdade de sexo/gênero, garantida constitucionalmente, sem fazer qualquer distinção entre homens e mulheres, erradicando qualquer diferenciação de gênero e, por consequência, proteger de forma efetiva, a condição da mulher em sociedade, limitando ou erradicando a conduta do homem agressor e homicida passional, tornando inadmissível que ainda se fale de legítima defesa da honra para se defender um direito patriarcal e extremamente masculinizado.

Palavras-chave: Sociedade, Crime Passional, violência de gênero, políticas públicas e passionalidade masculina.

ABSTRACT

The present work aims to draw a brief history of a part of the Brazilian society through a process of verificativo legislative positioning since colonial period, with the Ordinations Philippines, contemporary with the period of validity of the Penal Code of 1940, about the scars, which are permitted by the codes of the periods, the husband. The approach to the theme instigates the search, in order to conceptualize the reasons that lead the passionate individual, such as the passion, the love, jealousy, loyalty, revenge, adultery, hatred, concern with the honor, resulting from the behaviors of victims who for the passionate are unworthy of trust, caused mainly by a mind unbalanced and disturbed that believes love both who commits the murder. Appropriate before a legislative developments and social discussion on the culpable homicide began to take shape with the feminist movements in an attempt to combat and translate gender violence extreme, allowing the State to propose and apply public policy sufficient to promote the equality of sex/gender, guaranteed constitutionally, Without making any distinction between men and women, eradicating any differentiation of gender and, consequently protect effectively the condition of women in society by limiting or eradicating the conduct of man aggressor and homicidal passionate, making it unacceptable that still speak of legitimate defense of honor to defend a right patriarchal and extremely man.

Key words: Society, Passionate Crime, gender violence, public policies and placing them at opposite extremes male.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SÍNTESE HISTÓRICA	12
1.1 DAS RELAÇÕES DE GÊNEROS NAS ORDENAÇÕES FILIPINAS	12
1.2 DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PERÍODO IMPERIAL	14
1.3 DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PERÍODO REPUBLICANO	15
2 PASSIONALIDADE	17
2.1 CONCEITO DE PASSIONALIDADE	17
2.2 MOTIVAÇÃO DO (A) HOMICÍDA PASSIONAL	19
2.2.1 A relação sob a ótica do amor	20
2.2.2 A relação sob a ótica da paixão	22
2.2.3 Da fidelidade ao adultério e o ciúme manifesto	24
2.2.4 Do ódio à vingança	27
2.2.5 A preocupação com a honra	29
2.3 DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	31
2.3.1 Os Movimentos Feministas na prevenção da Violência de Gênero	32
2.3.2 Conceito de Violência de Gênero	36
3 DA PASSIONALIDADE NAS RELAÇÕES DE GÊNERO.....	39
3.1 SITUAÇÕES DE MAIORES OCORRÊNCIAS.....	39
3.2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À INCLUSÃO DO FEMINICÍDIO.....	42
3.3 DO TRATAMENTO JURÍDICO REGALADO AO HOMICIDA PASSIONAL	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58
OBRAS CONSULTADAS	63

INTRODUÇÃO

As constantes violências sofridas pela mulher não são fatores atuais. As condições ligadas à história em sociedade estão fundadas nas formas de discriminações e diferenciação, não só biológicas, mas também socialmente estrutural. O poder do patriarcalismo posicionou a mulher numa ordem de subordinação, sendo oprimida e renegada de direitos.

O Estado impõe normas que permitem essa condicionante de inferioridade, controle e opressão, criando um estereótipo que torna a mulher domesticável. O passado denota uma cultura dominante, enquanto casada, a sua individualidade estava adstrita ao âmbito privado das relações, mantendo assim, o *status* social do marido.

Conquanto não se afasta da contemporânea essa cultura social patriarcal, uma vez que a mulher permanece condicionada as violências e preconceitos diários, não só no âmbito doméstico, mas também no ambiente de trabalho, escolar e todos aqueles em que pode estar atuando socialmente.

O estudo, de forma hipotético-dedutiva, aborda o homicida passional no período que se inicia na época colonial e dura até a atualidade. Contudo, seu comportamento e tratamento variam conforme o contexto social em que está inserido, tendo em vista que o Estado acompanha as necessidades dos indivíduos que o compõe, abrindo um leque de direitos e medidas para proteger as minorias.

No segundo capítulo, o perfil da passionalidade é verificado não somente pelas análises psicológicas, mas pela construção doutrinária e conceitual. Os sentimentos abarcados conduzem para o entendimento do por quê determinados indivíduos se demonstram descontrolados, uma vez que quem comete o delito não

sabe nem explicar os motivos pelos quais tomou a decisão. Só sabe que matou porque amou demais e, para toda sociedade confessa seus deslindes.

Uma revolução entre homens, mulheres e Estado, as lutas feministas introduzem-se no meio social para alterar o sistema patriarcal, para interromper a preservação de valores que cabia unicamente à mulher, e o papel do homem, deixar de se sobressair àquela. Assim, solicita-se a igualdade não só dos sexos, mas principalmente a de gênero.

Por uma construção metodológica dialética, caracteriza as contradições existentes entre a conduta social do indivíduo, da norma escrita e sua aplicação. Fenômeno esse que pode ser explicado entre os pressupostos fenomenológico entre Estado de Direito e as percepções que se tem de uma sociedade desigual nas relações de gênero.

Por último, apresenta a continuidade das desigualdades de gêneros, mesmo com o Estado interferindo nessas relações por meio de novos tipos penais e políticas públicas. Apresentando os institutos legais que privilegiam ou agravam as condutas delituosas e, questionando o judiciário no quesito ao enfrentamento dos problemas social-cultural, pois, muitas vezes, tende a enxergar somente a norma escrita e sua aplicação abstendo-se de olhar para os sujeitos como indivíduos dotados de necessidades além da normativa.

Assim, compreendendo o linear do tratamento jurídico sob a ótica das relações de gênero não só por dados estatísticos, mas também, pelos aspectos que contribuem para o crime ser praticado, na maioria das vezes, por homens.

A importância do tema volta-se para uma construção social-jurídica, isso porque, apesar do crime passional fazer parte, também, de um início histórico-social-normativo, a conduta criminosa continua afetando as relações de gêneros. Por mais que as políticas públicas pareçam suficientes, quando criadas e instituídas, os indivíduos amadurecem esses conceitos e fenômenos jurídicos lentamente, tornando dificultoso o entendimento das relações e a aplicação das medidas criadas pelo legislador para proteger a integridade física e moral dos gêneros.

1 SINTESE HISTÓRICA

Faz-se necessário estudar as relações sociais, políticas e normativas existentes entre os sexos/gênero, uma vez que a natureza humana não é tão somente controlada por impulsos, mas por regras, por condutas toleráveis, por moralismos e por medidas que protegem a fragilidade humana, para assim conviverem pacificamente, sem fazer qualquer diferenciação de características físicas, econômicas, sociais, psicológicas e normativas.

Durante a história, a mulher foi vista pelo Estado normativo com certo desprezo e inferioridade, enquanto que o homem ocupava patamares mais elevados nas camadas sociais e, conseqüentemente, as penas a eles impostas seriam brandas e justificáveis diante da conduta feminina “imoral”. A mulher, até começar a reivindicar seus direitos, era condenada duramente pela própria sociedade que a rodeava, com a pena de morte.

Em derradeiro, questiona-se: como conceituar a mulher enquanto mulher? Ela que sofreu com inúmeras barbáries. Se bater e matar fez parte da purificação da honra de muitos homicidas passionais? “Afim, decretou São Tomás, que a mulher é um homem incompleto, um ser ‘ocasional’” (BEAUVIOR, 1970, p.10).

E é com esses conceitos que se pressupõe uma evolução do Direito e da sociedade, frente às várias fases da vida humana e cotidiana, abarcando não preconceituosamente os sujeitos homem e mulher, mas dois indivíduos separados pelas características físicas e, disparadamente, segregados historicamente por desigualdade e pré-conceitos de inteligência, fragilidade, força e direitos.

1.1 DAS RELAÇÕES DE GÊNEROS NAS ORDENAÇÕES FILIPINAS

Ao se fazer um estudo da retrospectiva histórica do Brasil, observa-se que a história da mulher vem tendo um papel significativo na sociedade. Vale ressaltar, que suas submissões às normas extremamente patriarcal e moralista estão sendo vencidas por um processo paulatino e doloroso.

No patriarcalismo a mulher é subjugada no sentido de permanecer unicamente no lar e a viver ali sem direitos e garantias de melhores condições,

tornando-se, assim, uma verdadeira “Amélia”, sobrevivendo numa constante dominação de gênero trazido pela história da sociedade.

A sociedade patriarcal incorporava o sentido preliminar de o homem casado manter concubinas e com elas gerarem filhos, enquanto a mulher é descrita como um ser amável e submisso. O que é afirmado por Bruschini (1990, p. 6), ao dizer que a mulher seria “Subjugada dentro de uma estrutura opressiva e sexualmente assimétrica. A mulher, descrita por Freyre, como esposa dócil, submissa, ociosa e indolente [...]”.

É nesse contexto, que em análise ao sistema normativo do período colonial, se percebe que a lei penal das Ordenações Filipinas¹ eram extremamente severas, uma vez que como Falconi (1997, p. 42) relata: “Apesar de sua pretensão publicista, era uma lei repleta de passagens com o intuito da ‘vingança privada’.”.

Com dizeres de honra, as normas permitiam ao marido traído ceifar a vida de sua cônjuge, bem como a do amante, quando estes fossem vistos em adultério, mas o mesmo não acontecia com a mulher enganada. Desta feita, era uma realidade social em que as normas vigentes não protegiam a condição da mulher, mas sim a “honra” do homem, o poderio econômico e a condição social.

Nesse sentido dispõe as Ordenações Filipinas (BRASIL, Título XXXVIII, 1603, p. 1188) que:

Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá malar assi a ella, como o adultero (7), salvo se o marido for peão, e o adultero Fidalgo, ou nosso Dezembargador, eu ou pessoa de maior qualidade. Porém, quando matasse alguma, das sobreditas pessoas, achando-a com sua mulher não morrerá por isso, mas será degradado para a África com pregão na audiência pelo tempo, que ao julgadores parecer, segundo a pessoa, que matar, não passando de trez annos. (BRASIL, 1603, p.1118)

Assim, desde o período colonial já havia a divisão de condutas aceitáveis para o homem e a mulher, uma verdadeira hierarquia de gêneros e estrutura social. Afinal o que depreende da citação acima é que a mulher, independente do papel exercício em sociedade, não detinha o direito sobre as próprias vontades e a vida. A

¹ As Ordenações Filipinas, compuseram-se da união das Ordenações Manuelinas com as leis extravagantes em vigência, no sentido de, também, facilitar a aplicabilidade da legislação. Foram essas Ordenações as mais importantes para o Brasil, pois tiveram aplicabilidade durante um grande período de tempo. Basta lembrar que as normas relativas ao Direito Civil, por exemplo, vigoraram até 1916, quando foi promulgado o nosso Código Civil Nacional (CRISTIANI, 2014, p. 465).

inversão de valores permitia ao traído matar, enquanto à traída cabia apenas suscitar uma possível separação.

1.2 DAS RELAÇÕES DE GÊNEROS NO PERÍODO IMPERIAL

É durante o período imperial que o clamor social desponta e o Brasil/Império, dando sentido às relações sociais e legais, discute então o primeiro Código Penal Brasileiro, de 1830, fomentando, principalmente, uma sociedade jurídico-legal constitucional e isonômica.

Referente a isso, Falconi (1997, p. 46) fala:

[...] Do que nos interessa, que é o Direito Penal, sabemos que sua gênese está contida numa exigência constitucional. É que o parágrafo 18 do artigo 179 da Constituição de 25 de março de 1824, assim decidia: 'um Código Imperial fundado nas sólidas bases da justiça e da **equidade**' (grifo nosso).

Esse sistema jurídico-penal, da mesma maneira que as Ordenações Filipinas, permite a diferenciação remota, ou seja, agora a mulher adúltera seria condenada à pena de prisão com trabalho de um a três anos, enquanto o homem casado que, também, mantivesse concubina, teúda, e manteúda, seria punido com as mesmas penas que a mulher.

Assim, prelecionava o Código Imperial de 16 de dezembro de 1830, nos artigos 250 e 251 que:

Art. 250. A mulher casada, que commetter adulterio, será punida com a pena de prisão com trabalho por um a três annos. A mesma pena se imporá neste caso ao adúltero.

Art. 251. O homem casado, que tiver concubina, teúda, e manteúda, será punido com as penas do artigo antecedente. (BRASIL, 1830, *on-line*)

Em derradeiro, percebe-se, ademais, que o art. 18, §§ 1º e 4º, do referido Código, começa a traçar as teses de defesa, ao prelecionar que:

Art. 18. São circumstancias attenuantes dos crimes: 1º Não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal, e directa intenção de o praticar. [...] 4º Ter o delinquente commettido o crime em desaffronta de alguma injuria, ou deshonra, que lhe fosse feita, ou á seus ascendentes, descendentes, conjuge, ou irmãos. (BRASIL, 1830, *on-line*)

Por mais, o Estado ameniza a situação do marido enganado e assassino, que, por um período extenso, permitiu e considerou plausível cometer o homicídio pelo fato de ter sofrido uma “desonra” por parte da mulher e amante. Portanto, nesse contexto, caso o mesmo alegasse que não conhecia do mal e, não tivesse direta intenção de praticá-lo, ou que agira no intuito de proteger a honra da família e principalmente a sua, poderia ter a pena atenuada, ou até mesmo ser inocentado.

1.3 DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PERÍODO REPUBLICANO

No século XIX, a mulher se posiciona num contexto divergente daquele que até então se via representada. Nesse momento aparece na história almejando força e outra posição social e jurídica. Conquanto, o Código Penal da República, de 1890, em seu artigo 279, e parágrafos seguintes, mantém a ordem legal no que se refere à condição de mulher “adúltera” sob os seguintes dizeres:

Art. 279. A mulher casada que cometer adulterio será punida com a pena de prisão celular por um a três annos.
 § 1º Em igual pena incorrerá:
 1º O marido que tiver concubina teuda e manteuda;
 2º A concubina;
 3º O co-réo adultero. (BRASIL, 1890, *on-line*)

Diz Falconi (1997, p. 48) que “de tão fraco que era, já em 1893, havia em desenvolvimento o *Projeto Vieira Araujo*”. Nessa corriqueira fraqueza, foi surgindo Consolidações, que apesar de não ter força de lei, contribuíram para a concretização do Código Penal de 1940, e que veio suprimindo as lacunas deixadas pela primeira ordem penal da República, limitando-se a juntar todas as legislações existentes.

E, é nesse período que se reconhece o homem, que mata por amor e honra, como um criminoso passional. Isso porque, até então, a legislação absolvía o homicida apaixonado sob a alegação de legítima defesa da honra.

O Código Penal, de 1940, aboliu o crime de adultério, que estava previsto nos textos legais até 1830, e o crime passional passou não a ser tipificado, mas enquadrado de forma interpretativa no art. 121 e parágrafos.

É nesse século que a mulher revolucionária se organiza para defender seus direitos. A mulher dócil e domesticada, que trabalhava no lar cumprindo sua função social de resguardar e organizar a vida conjugal, ou aquelas que trabalhavam na

indústria, mas, economicamente falando, recebiam muito abaixo do que o era pago aos homens. Elas começaram a se organizar e juntas iniciam um dos conceitos de movimento, o chamado “feminismo”.

Os movimentos feministas tiveram um papel importante. Pelo Movimento Emancipatório da Condição Feminina, debatiam alterações na nova Constituinte para que pudesse beneficiar o perfil da mulher em sociedade, como por exemplo: mudanças na legislação discriminatória contra a mulher, supressão da diferenciação dos sexos, igualdade salariais e educacionais.

O que foi abarcado pela conjuntura constitucional de 1988, ao prelecionar no art. 5º, inciso I, que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL,1988, *on-line*)

Para tanto, Piovesan (1998, p. 131-132) explica como o fundamento apresentado pela Constituição de 1988, infere na concretização dos direitos ao relatar que são necessárias:

Na ótica contemporânea, a concretização do direito à igualdade implica na implementação dessas duas estratégias, que não podem ser dissociadas. Isto é, hoje o combate à discriminação torna-se insuficientes se não verificam medidas voltadas à promoção da igualdade. Por sua vez, a promoção da igualdade, por si só, mostra-se insuficiente se não se verificam políticas de combate a discriminação.

O Estado, nesse período, substantiva e estuda a condição da mulher em sociedade, pois a lei não a vê mais como um simples objeto inanimado. O processo legislativo apresenta uma construção gradativa de direitos em face de a não discriminação feminina. Assim, as décadas de 70 e 80 foram um marco na luta pela igualdade de direitos, principalmente nas questões familiares, convivências pacíficas e o papel feminino na política.

2 PASSIONALIDADE

2.1 CONCEITO DE PASSIONALIDADE

Primeiramente, o estudo do tema traz a necessidade de conceituar o que é o vocábulo “passional”, de maneira a entender o porquê de sua abordagem e a forma com a qual “passional” é posicionado sob o ponto de vista etimológico e doutrinário.

Nesse sentido, segundo Ferreira (1986, p. 1278) “passional”, é:

Relativo à paixão; suscetível de paixão; causado por paixão; ainda, o mesmo autor relaciona que o sentimento ou a emoção são elevados ao nível do indivíduo não ter a lucidez necessária para envolver-se afetivamente, tornando-se um dominador, obsessivo e fanático.

Conforme Plácido e Silva (1963, p. 1128), passional é: “vocábulo empregado na terminologia jurídica, especialmente do Direito Penal para designar o que se faz por paixão, isto é, por exaltação ou irreflexão, consequente de desmedido amor à mulher ou de contrariedade a desejos insopitados”.

Enquanto o vocábulo “paixão”, Plácido e Silva (1963, p. 1115) exprime alegando que é:

O contrário à ação, sendo vulgarmente tido como todo fenômeno passivo da alma. Ainda, diz que as paixões podem ser divididas em antagonistas; indicadas pelos desvios ou alterações do caráter normal, constitucionais; expressão original de uma personalidade: as mais modernas e mais crônicas e, por último, a substitutiva; que por um período de incubação e de luta, tomam posse da consciência; sendo as que se encontram nos estados passionais fundamentando-se no ódio, na inveja, na ira, no ciúme, no desejo, na amizade e na piedade.

Nesse diapasão, a doutrina convencionou chamar de passional todos os homicídios em que o indivíduo, impelido de uma excessiva paixão e insatisfeito com a relação que vem obtendo na convivência diária com o outro, prefere lesionar seu objeto de desejo definitivamente.

Sendo assim, Eluf (2007, s.p) conceitua o crime passional dizendo que:

Certos homicídios são chamados de ‘passionais’. O Termo deriva da paixão; portanto, crime cometido por paixão. Todo crime é, de certa forma, passional, por resultar de uma paixão no sentido amplo do termo. Em

linguagem jurídica, porém, convencionou-se chamar de 'passional' apenas os crimes cometidos em razão de relacionamento sexual ou amoroso.

Pelo que se observa a autora não descarta a possibilidade de todos os crimes serem praticados passionalmente, “contudo o que torna característico o delito passional é o instinto de destruição que o indivíduo tem sobre sua posse, no caso a mulher”, conforme Rabinowicz (*apud* ELUF 2007, s.p).

O passional tende a confundir o amor solícito com amor que mata, seu objeto de desejo é o egoísmo, não a pessoa amada. Nesse sentido, Lyra (1932, p. 30) questiona o sentimento arrebatado pelo homem, ou seja:

O passional mata, porque ama. Mas, que é que ama, na mulher? Se a encerrasse, toda, no coração, não só voltaria apenas contra os esbulhadores de sua propriedade, em crimes de masculinidade despeitada, mas, também, de cavalheirismo, de abnegação, de solidariedade.

Descreve, ainda que nos casos de violência homicida o resultado não é o de amor próprio, mas do amor à mulher, defendendo-a de sofrimentos, perigos e injustiças. Isso ocorre, em virtude de uma comunhão existente entre o homem e a mulher, demonstrando, assim, que o crime passional é na sua essência premeditado (ROBERTO LYRA, 1932)

Destarte, Lyra (1932, p. 35) o mesmo autor se refere à delinquência passional colocando a visão de Ferri sendo aquele que “antes de tudo é movido por uma paixão social”. Contudo, assevera que a paixão por si só não leva ao crime passional, ou seja, proclama a existência de fatores morais e sociais, para que o indivíduo chegue a conclusão dos atos pretendidos.

Para tanto, o que se depreende do conceito de passional são os fatores motivacionais como precursores da conduta praticada. O passional é um indivíduo volúvel, de interesses exaltados e ideais que demonstram certos exageros comportamentais.

O delinquente passional apresenta-se como controlador ativo, enquanto a outra parte vê-se colocada passivamente sob o horror dos atos irremediáveis praticados por aquele. Nesse ponto o que se tem entendido é que o passional jamais se encontra realizado em suas relações, o que move sua paixão é sentir proprietário da vida do outro.

2.2 PERFIL MOTIVACIONAL

O crime passional muitas vezes decorre de um sentimento de vingança. O autor do crime tende a extravasar e demonstrar seus sentimentos das piores maneiras possíveis, seja por pressões psicológicas ou até mesmo físicas, sendo que esta última requer certas observações, vez que quando o indivíduo se encontra nesse estágio é sinal de que todos os sentimentos que ele considera bons, tornam-se prejudiciais e egocêntricos.

Sobre isso Alves (*apud* ELUF 2007, s.p) relata que “no delito passional, a motivação constitui uma mistura ou combinação de egoísmo, de amor próprio, de instinto sexual e de *uma compreensão deformada da justiça*” (grifo do autor).

Por visto, ainda ensina Capez (2010, p. 57) que: “a emoção, como um processo crescente que pode desencadear uma conduta criminosa, é possível de ser reprimida *ab initio*, porque precede um estado de consciência ainda que breve”.

O indivíduo recebe impulsos emotivos da própria sociedade, da família, da mídia e afins. Portanto, se não forem administrados, de forma consciente, poderá afetar consideravelmente a conduta delituosa, isso porque a formação moral do indivíduo influencia na sua resistência ou não aos fatores psíquicos e psicológicos.

Quanto aos estímulos midiáticos Newton Fernandes e Valter Fernandes (2002, p.476) dizem que:

A notícia sensacionalista sobre o crime não raro deflagra o cometimento de outros da mesma natureza. Assim é que, nas urbes maiores, certos delitos, sempre contemplados com amplo espaço no noticiário em geral irrompem de maneira reiterada ou cíclica. [...]

É o que ocorre com o crime passional os noticiários constantemente transmitem informações acerca de um assassinato. A imprensa acaba fixando a atenção em determinados casos e acabam eclodindo exaustivamente no subconsciente do homem, encorajando-o a imitar ou aceitar tal comportamento delituoso de forma passiva.

Nesse diapasão, é oportuno esclarecer que a emoção e a paixão são sentimentos que compõem o indivíduo e que, na maioria das vezes, não se relacionam com quadros clínicos patológicos. Para tanto, se o homicida passional não for um doente mental, não se excluirá sua culpa diante do caso fatídico.

Partindo dessas premissas, não se pode deixar de verificar os pormenores dos sentimentos conturbados que, de forma progressiva, constituem a personalidade delituosa do homicida passional.

2.2.1 A relação sob a ótica do amor

A ótica do amor varia para cada indivíduo, tornando-se um sentimento de difícil explicação e tradução. Na vida, encontram-se diferentes tipos de amores, ou seja, há relatos bíblicos do Amor maior de Deus, os amores característicos entre pais e filhos e, o amor numa relação entre homem e mulher que pode ser pacífico ou possessivamente doentio.

Para Ferreira (1986, p. 107), a palavra amor deriva da significação de:

1. Sentimento que predispõe alguém a desejar o bem de outrem, ou a alguma coisa. 2. Sentimento de dedicação absoluta de um ser a outro ser ou a uma coisa; devoção; culto; adoração. 3. Inclinação ditada por laços de família. 4. Inclinação forte por pessoa do outro sexo, geralmente de caráter sexual, mas que apresenta grande variedade de comportamentos e reações.

Em derradeiro, Diniz (1998, p. 190) conceitua o amor de forma simples e prática ao dizer que:

[...] na linguagem comum, pode indicar: a) fenômeno cerebral ou afetivo causado por instintos que impele o homem ao que se lhe afigurar belo, digno e grandioso; b) afeição, grande amizade, simpatia, ligação espiritual, carinho etc.; c) afeição de uma pessoa a outra de sexo oposto; d) veneração, e) desejo sexual. 3. Na linguagem filosófica, é a tendência de apego aos objetos.

Em análise as definições trazidas por Diniz e Ferreira, percebe-se que o homicida passional não adquire esse sentimento durante a relação amorosa, ao contrário, o sentimento que o movimenta é derivado de uma emoção intensa, prolongada, dotada de egoísmos e orgulhos pessoais, ensejando, assim, na incapacidade que o indivíduo tem de amar.

Pode-se dizer, então, que o “homicida passional pratica esse crime motivado pelo egocentrismo, a prepotência e a vaidade, o que proporciona um desejo enorme de vingança, porém, após a consumação do delito, vem o sentimento de perda, de

dor, mas dificilmente o homicida passional se arrependerá, uma vez que acredita na culpa da vítima” (ELUF, 2007, s.p).

Comumente, Hungria (1958, p. 153) fala de homicídio passional, sob a ótica da definição do amor, questionando:

[...] Mas será que o amor, esse nobre sentimento humano, que se entretetece de fantasia e sonho, de ternura e êxtase, de suaves emoções e íntimos enlevos, e que nos purifica do nosso próprio egoísmo e maldade, para inculcar-nos o espírito de renúncia e do perdão, será, então, que o amor possa deturpar-se num assomo de cólera vingadora e tomar empréstimo o punhal assassino?

Em resposta, assevera Hungria (1958, p. 153) que: “Não. O verdadeiro amor é timidez e mansuetude, é resignação, é conformidade com o insucesso, é santidade, é auto-sacrifício: não se alia jamais ao crime”.

Corroborando o conceito, Eluf (2007, s.p) traz em sua obra dois conceitos de amor:

O primeiro a autora chama de: “amor-afeição sendo que este não origina a ideia de morte porque sempre perdoa, ainda que haja ciúme. Num segundo momento revela o amor sexual possessivo como muito egoísta, podendo gerar ciúmes e levando a graves equívocos, inclusive ao homicídio”.

Por fim, o que se observa é que a palavra amor não nos apresenta apenas nas obras literárias, quando demonstra aquele amor puro, mas ao mesmo tempo doentio que o fim para ambos de tanto “amor” foi o “morrer”, citando como exemplo a obra Romeu e Julieta de Willian Shakespeare que de início proibido, passou ao ponto de encontrarem no amor uma justifica para deixarem de viver.

A doutrina, também tenta explicar qual o sentimento do homicida passional em suas relações amorosas, para assim demonstrar que a passionalidade transita nessas transcrições de formas exacerbadas.

Em ambas as categorias, seja no amor manso e pacífico regado de solitudes, ternuras e paixões, ou mesmo no amor desregrado e sem limites, o homicida passional não demonstra empatia e compreensão. Sua personalidade caracteriza-se pela frieza e na convicta culpa da vítima.

2.2.2 A relação sob a ótica da paixão

Nas relações, a evolução dos sentimentos precisa abarcar limites mesmo quando a intensidade pareça difícil de controlar, para que o indivíduo possa manter o controle sob si próprio, demonstrando maturidade de discernimento.

No liame do conceito de amor, outra tradução importante é a de paixão, que segundo Ferreira (1986, p. 1248) trata-se de:

1. Sentimento ou emoção levados a um alto grau de intensidade, sobrepondo-se à lucidez e à razão. 2. Amor ardente; inclinação afetiva e sensual intensa. 3. Afeto dominador e cego; obsessão. 4. Entusiasmo muito vivo por alguma coisa. 5. Atividade, hábito ou vício dominador. 6. **O objeto da paixão.** 7. **Desgosto, mágoa, sofrimento.** 8. **Arrebatamento, cólera.** 9. Disposição contrária ou favorável a alguma coisa, e que ultrapassa os limites da lógica; parcialidade marcante, fanatismo, cegueira. (grifo nosso)

Assim, a paixão que decorre da ternura e docilidade das emoções, transforma-se em sentimento que movimenta o indivíduo passional a praticar o crime de forma intensa, uma vez que o companheiro torna-se objeto de paixão impuro e frustrante. Nesse sentido, Eluf (2007, s.p) diz que “Paixão não é sinônimo de amor. Pode decorrer do amor e, então, será doce e terna, apesar de intensa e perturbadora; mas a paixão também resulta do sofrimento, de uma grande mágoa, da cólera”.

Descreve Diniz (1998, p. 495) que a paixão é como “movimento da alma que impulsiona para o bem ou para o mal. Sentimento forte ou exacerbado que pode provocar delírios de ciúme e até mesmo conduzir ao crime passional”.

Afirma ainda, que paixão “é estado emocional crônico, por tempo prolongado, e agudo, devido ao seu caráter violento” (DINIZ, 1998, p. 495).

A paixão pode ser um estado de espírito de forma distinta, isso porque o conceito vem sendo tratado de forma gradativa, no sentido de entender que a paixão amadurece devido aos fatores externos derivados da sociedade.

Prosseguindo com a ideia, as paixões segundo Diniz (1998, p. 495-496) podem ser:

Antagonistas, quando o indivíduo demonstra desvios de caráter, dando origem ao amor-paixão; antissociais, tendência à destruição das condições normais da vida humana; constitucionais, sendo característica de pessoas egoístas e nocivas com uma personalidade psicopata; as sociais, sentimentos que cooperam com a vida humana de forma saudável e; as

substitutivas, caracterizadas por estados passionais fundamentados na ira, no ciúme, na inveja, na emulação, no desejo, na ambição e, assim podendo condicionar o indivíduo as loucuras e práticas criminosas.

Sendo assim, desmedida é a paixão do homicida passional. Percebe-se que toda conduta humana pode resultar no bem ou no mal, o que vai depender são os estados psicológicos e sociais que cada pessoa se encontra. O criminoso, quando executa seus atos, dificilmente demonstra arrependimento ou brandura, ao contrário legitima sua suposta superioridade no fato de estar-se enamorado pelo objeto de desejo.

Nesse diapasão, os sentimentos dos homicidas passionais beiram a loucura, o amor-paixão os leva aos extremos da psique, sendo que na maioria das vezes, conforme Hungria (1961, p. 157) afirma: “são maridos grosseiros, egoístas, tirânicos e, incapazes de demonstrar qualquer tipo de sacrifício pessoal em seus lares, transformam, assim, suas esposas em escravas submissas e medrosas”.

Corroborando com a ideia, Plácido e Silva (1963, p. 1116) ainda fala que “a paixão substitutiva é um estado de incubação, período em que o indivíduo substitui sua personalidade para atitudes severas e mais próximas das loucuras amorosas”.

O que se extrai das paixões são antagonismos, num primeiro momento, os sentimentos resultam de personalidades amorosas, honradas e benignas, já noutro, os indivíduos passionais desmascaram-se e mostram o instinto vingador, invejoso feroz e assassínio.

Assim, Eluf (2007, s.p) vem dizendo que: “a paixão não basta para produzir o crime. Esse sentimento é comum aos seres humanos, que em variáveis medidas, já sentiram ou sentirão em suas vidas. Nem por isso praticaram a violência ou suprimiram a existência de outra pessoa”.

A paixão, quando assola o homicida passional o torna um indivíduo sem limites. A visão que se tem é que o emocional transfigura-se em um emaranhado descontrolado de atitudes. A infelicidade e insatisfação decorrem da mais profunda e louca paixão, no entanto nada justifica a prática do crime.

2.2.3 Da Fidelidade ao adultério e o ciúme manifesto

Certos homicídios passionais não se afastam do conceito de fidelidade, verifica-se que as sociedades, desde o período colonial até a contemporaneidade, de modo geral, enxerga a fidelidade como ponto crucial de toda relação.

Fidelidade, Ferreira (1986, p. 775) vem dizendo ser a “qualidade de fiel, lealdade, firmeza, constância, firmeza nas afeições, e nos sentimentos”. A fidelidade, é conjunção amorosa existente unicamente com a pessoa com a qual se comprometeu, será seguida na relação como uma, ou seja, união entre homem e a mulher, exigindo exclusividade para afirmarem-se como um casal.

Quando isso não ocorre, a infidelidade surge para o homicida passional como ponto motivador do crime. Segundo Eluf (2007, s.p.): “a fidelidade existe, mas quando ocorre, é temporária. É isso que transtorna os amantes; é o medo da mudança que leva ao extremo da violência; é a incapacidade de dividir a atenção do outro que traz o desespero”.

O homicida passional padece diante do adultério, uma vez que a fidelidade está ligada ao desejo sexual pela mesma pessoa, em longo prazo, muitas vezes não é o que ocorre, pois a firmeza das afeições segundo Eluf (2007, s.p.) “não se mantém e não é fiel, tanto no homem quanto na mulher”.

É importante ressaltar que aquele que sofreu com a infidelidade traz consigo a vontade insana de recuperar sua honra e respeitabilidade diante dos seus pares, tenta a custos extremos solucionar a insatisfação sem compreensão e diálogo.

Sendo assim, Eluf (2007, s.p) corrobora com a ideia de que:

O assassino passional busca bálsamo equivocado para sua neurose. Quer recuperar, por meio da violência, o reconhecimento social e a auto-estima que julga ter perdido com o abandono ou o adultério da mulher. Ele tem medo do ridículo e, por isso equipara-se ao mais vil dos mortais. [...] O assassino não vê limites e somente se satisfaz com a morte.

No fundo as sociedades são avessas ao adultério. Contudo, o que se observa é que desde as Ordenações Filipinas até os conceitos atuais, o adultério feminino foi muito mais repreendido que o adultério masculino.

Isso ocorre porque as traições masculinas são tidas como “normais”, sendo algo natural do homem. O que ocorre muitas vezes são os ensinamentos distorcidos oferecidos às crianças, no sentido de não tolerar a infidelidade feminina.

Na verdade, com esta intolerância se está criando indivíduos suscetíveis a tornarem-se potenciais homicidas passionais, ou seja, “o marido supostamente traído fala em ‘honra’, quando mata a mulher, porque se imagina alvo de zombarias por parte dos outros homens, sente-se ferido em sua masculinidade, não suporta a frustração e busca vingança” (ELUF, 2007, s.p.).

Esta atitude padece na imaturidade e na insegurança, para o homem a fidelidade da mulher é justificativa legal de invocar seus dizeres de honra ferida e, assim “legitimar” o crime em suas frustrações.

Relatava Hungria (1958, p. 157) já no ano de 1958, que:

Certamente a lei e a moral não permitem que a mulher prevarique, ainda que maltratada e humilhada pelo marido; mas negar-lhe, por isso, o direito de viver seria requinte de impiedade. [...] Em hipótese alguma, o marido tem o direito de matar a espôsa. Vá que se perdoe, em atenção à fraqueza humana, o uxoricida arrastado pela intensidade de um amor infeliz ou de uma paixão autêntica; mas não há remissão para aquele que elimina a espôsa em nome de um monstruoso *dever de honra*. (grifo do autor)

Percebe-se que esse autor, sendo um doutrinador da área das ciências jurídicas, já preconizava que a mulher não era objeto exclusivo do companheiro e, que na verdade mesmo cometendo um delito reprovável para época como o adultério, ela não merecia ter sua vida ceifada pelas mãos daquele, simplesmente por uma justificativa descabida e mesquinha.

Ainda diz Rabinowicz (2007, p. 67) que “o ciúme destrói, instantaneamente, a tranquilidade da alma”.

As demasias do homicida passional, sob a vestimenta do ciúme, são dolorosas, controladoras, inquietantes e acabam ocasionando confrontos com o outro, transformando-o em indivíduos humilhados, traduzidos em objetos de desejos e sem igualdades.

Ensina Ferreira (1986, p. 414) que ciúme é este “sentimento doloroso que as exigências de um amor inquieto, o desejo de posse da pessoa da pessoa amada, a suspeita ou a certeza de sua infidelidade, fazem nascer em alguém; emulação; receio de perder alguma coisa”.

Por vez, o ciúme traz o sentido do mais vil dos sentimentos, pois o que se percebe é uma inquietação do indivíduo que conjuntamente com a infidelidade, provoca inquietações dolorosas. O amor ciumento, não é pacífico, mas sim transtornado mentalmente quando da suspeita de um adultério.

Segundo Alves (*apud* ELUF, 2007, s.p), “o ciumento considera a pessoa amada mais como ‘objeto’ que verdadeiramente como pessoa no exato significado desta palavra. Esta interpretação é característica do delinquente por ciúme”.

Esse sentimento, leva ao entendimento de que não existe amor sem que haja ciúme, como mencionado acima, o amor sentido de forma saudável é afeto, carinho e respeito, contudo, com a possessividade é diferente, já que no ciumento essa afeição e mansuetude não são possíveis de serem verificadas.

Nota-se que Alves (*apud* ELUF 2007, s.p) vem afirmando que:

O ciumento não se sente somente incapaz de manter o amor e o domínio sobre a pessoa amada, de vencer ou afastar qualquer possível rival como, sobretudo, sente-se ferido ou humilhado em seu amor próprio. O ciúme não é como se afirma apressadamente ou romanticamente – sem fundamento científico – uma ‘prova de amor’, confundindo-se ou identificando-se amor com ciúme, como dois sentidos inseparáveis e sim, em verdade, é a distorção ou deformação do amor.

O objeto de desejo do criminoso passional é indivisível, ou seja, insistentemente sua tendência é não suportar a ideia de que o outro tem individualidades e direito de escolha. Prefere constantemente ficar preso ao egoísmo, e necessidades narcisistas.

Na contramão, Beauvoir (1970, p. 234) afirma que “o ciúme pode ser insaciável; já se disse que a posse nunca pode ser positivamente realizada; mesmo em se proibindo a quem quer que seja servir-se dela, não se possui a nascente em que a gente se dessedenta”.

O ciumento encontra na pessoa amada um desejo insano, sua vida se reduz a relação existente, por isso quando perde, o ciúme fere, machuca, magoa, deixando-se dominar por banalidades e como resultado dessa loucura comete o crime de forma supostamente amorosa e bárbara.

Confirmando a existência do ciúme na prática do crime passional Hungria (1958, p. 162) diz que:

O marido que surpreende a mulher e o *tertius* em flagrante e, [...] num desvairado de cólera, elimina a vida de uma ou de outro, ou de ambos pode, sem dúvida alguma, invocar o § 1º do art. 121, mas aquele que, por simples ciúme ou meras suspeitas, repete o gesto bárbaro e estúpido de Otelo, terá de sofrer a pena inteira dos homicidas vulgares.

Na verdade, como se vê o ciúme corrobora com a torpeza e futilidade da conduta praticada. O indivíduo ciumento traz consigo o complexo de inferioridade, a educação errônea, fatores que demonstram como a distinção entre sexos, de forma hierárquica, muitas vezes, o conduz a uma imaturidade afetiva e, conseqüentemente, sua infelicidade extrema, a ponto de eliminar seu objeto de desejo barbaramente quando o perde.

2.2.4 Do ódio à vingança

Não obstante, a natureza do criminoso passional é extravasar seus rancores e mágoas de maneira egocêntrica. Quando a situação em que é colocado o deixa em contrariedade àquilo que almeja aborrece-se e não compreende que as limitações que lhe são impostas pela sociedade, são necessárias para conviver pacificamente.

Mister, Plácido e Silva (1963, p. 1089) ensina que no sistema jurídico, o ódio “em princípio, revela a inimizade com os desejos de que venham males ao odiado. É, ainda, indicativo de inimizade capital, porque o ódio faz gerar um rancor ou ira profunda, a ponto de não se perdoar, nem transigir acerca da pessoa a quem é votado”.

O criminoso passional tende a guardar mágoas do grande amor existente, quando ao sentir-se traído. Nesse ponto, passa a torturar-se diariamente, porque não suporta a ideia de estar sendo substituído por outrem.

Nesse sentido o crime passional, motivado pelo ódio, diz Eluf (2007, s.p.) que:

É praticado, na maioria esmagadora das vezes, por motivos de indiscutível torpeza. O amor, o ciúme controlado, o desejo sexual não levam ao assassinato. A eliminação da vida alheia só pode resultar do rancor, vingança, **do ódio** e de todos os demais sentimentos resultantes do narcisismo e da frustração. (grifo nosso)

Dessa veemente odiosidade desmedida sentida pelo criminoso passional, resulta na causa de inúmeros impropérios, pois do ódio depara-se com a vingança que segundo Diniz (1998, p. 739) tem o significado de: “desforra; represália; desforro que busca a reparação do mal causado; punição”.

Sendo assim, o homicida passional, como um vingador de natureza torpe e de autoafirmação, encontra na vingança o meio de reparação dos males que a ele foram acometidos. Aquele grande amor que antes sentia não mais existe, para ele a suposta traição não tem reparação se não for limpa por alguma punição física.

E é nesse momento que a vingança privada da Lei de Talião depara-se com o uxoricida passional, ou seja, a própria justiça defendida pelo “traído” julga e executa motivado por um ódio desequilibrado.

Assim, Hungria (1958, p. 153) descreve como:

Os matadores chamados *passionais*, para os quais invoca o amor com escusa, não passam, na sua grande maioria, de autênticos celerados: não os inspira o amor, mas o ódio inexorável dos maus. Impiedosos, covardes, sedentos de sangue, porejando vingança, mas só agindo diante da impossibilidade de resistência das vítimas, estarrecem pela bruteza do crime, apavoram pela estupidez do gesto homicida. Para eles não basta a punhalada certa em pleno coração da vítima indefesa: na volúpia da destruição e da sangueira, multiplicam os golpes até que a lâmina sobre si mesma se encurve. Não basta que, ao primeiro tiro, a vítima tombe numa poça de sangue: despejam sobre o cadáver até a última bala do revólver. Dir-se-ia que eles desejam que a vítima tivesse, não uma só, mas cem vidas para que pudessem dar-lhe cem mortes! (Grifo do autor).

Essa citação descreve a odiosa e vingativa condição que se apodera o homicida passional para chocar a sociedade com suas atitudes perversas. Vinga-se da pessoa que se recusa a permanecer na relação, condicionando sua existência a mais vil prisão afetiva e desonrosa.

O ódio, metamorfoseado em desforras, tenta justificar as injúrias, as punhaladas, os tapas, os tiros, enfim a degradação da vida alheia. Contudo, não se pode dizer que pela forte emoção sentida, o agente do delito seja absolvido.

A Jurisprudência trazida por Eluf (2007, s.p.) fala que “a vingança, o ódio reprimido, que levam a prática do crime, configuram o motivo torpe a que alude o art. 121, § 2º, I, CP (TJSP, AC, Rel. Weiss de Andrade, RT 560/323)”.

Pronunciam tanto a doutrina, a legislação vigente e a jurisprudência que o ódio e a vingança também se justificam por motivos de torpeza e futilidade.

Por fim, o ódio e a vingança são consequências reversas do amor saudável e a paixão comedida, pois indicam o oposto do significado de amor e afeição, a satisfação do passional só encontra fim com a morte dolorosa e cruel do parceiro.

2.2.5 A honra

Das causadoras do crime passional por vingança, é proclamada a honra pelo indivíduo, para amenizar e justificar a conduta delituosa. Já que a sociedade patriarcal condiciona o poder hierárquico pautado na dignidade e na consciência da fidelidade.

Explica Plácido e Silva (1963, p. 20) que honra “indica a própria dignidade de uma pessoa, que vive com honestidade, pautando seu modo de vida nos ditames da moral”.

Corroborando Diniz (1998, p. 739) conceitua a honra como sendo:

Bem jurídico que apresenta dois aspectos: a) um subjetivo, o qual designa o sentimento da própria dignidade moral, nascido da consciência de nossas virtudes ou de nosso valor moral, isto é, a honra em sentido estrito; e b) um objetivo, representado pela estimação que outrem faz de nossas qualidades morais e de nosso valor social, indicando a boa reputação moral e profissional que pode ser afetada pela injúria, calúnia ou difamação [...].

Assim, para qualquer pessoa justa, a honra é essencial para sua existência em sociedade, pode-se dizer que diferentemente dos outros motivos como amor, paixão e ódio, estes estão mais coadunados à sentimentos inerente ao homem. A honra diz respeito, ao comportamento exigido não só das próprias condutas, mas também o comportamento do outro com relação àquele.

O criminoso passional, em tese, preocupa-se com sua honra, porquanto, quando é comprometida pela traição da companheira acha-se no direito de matá-la. Assim, justifica Eluf (2007, s.p.) que “o autor de crime passional possui uma ilimitada necessidade de dominar e uma preocupação exagerada com sua reputação”.

Dessa forma, conforme o capítulo primeiro, a sociedade ainda viveu até a década de 70 (setenta), um momento de patriarcalismo, ou seja, seria considerado macular os direitos do marido diante de uma infidelidade feminina. Resultando, assim, em inúmeras justificativas para casos de homicídios passionais serem vistos com mais brandura pela sociedade.

Contudo, Hungria (1958, p. 153) aponta que “por honra mesmo do vocábulo, não se deve empregá-lo para designar essa embriaguez trágica do desejo, êsse desenfreno de sexualidade exasperada, que deriva no crime e se desaltera com o sangue”.

É mister perceber, que a honra passional deturpa o comportamento da mulher, o homicida passional é perfeitamente machista, considera que a submissão feminina é condição de respeitabilidade. Por essa razão a preocupação de manter o respeito perante a sociedade está intrinsicamente ligado ao conhecimento ou não de que tenha sido traído.

Assim Eluf (2007, s.p.), diz que: “uma vez traído pela mulher, o marido precisaria ‘lavar a sua honra’, matando-a. Mostraria, então, à sociedade, que sua reputação não havia sido atingida impunemente e recobriria o ‘respeito’ que julgava haver perdido”.

O homem que mata quer ver o “objeto” subjugado, isto é, por meio de violência física, exerce o que julga ser seu direito de posse sobre a mulher. Apontando à sociedade que como honesto e de reputação ilibada pode matar.

Sem dúvidas a honra sempre foi utilizada pelos defensores como um artifício de defesa, pois, a “tese de honra” não existe nos textos legais penais, o que leva a prática do crime tem explicação nos sentimentos de ódio, egoísmo, vinganças, vaidade, rancor e frustração.

Nesse sentido, Eluf (2007, s.p.) traz que:

A tese de legítima defesa da honra, que levou a absolvição ou à condenação a penas muito pequenas de autores de crimes passionais, já não é mais aceita em nossos tribunais. A honra do homem não é portada pela mulher. Honra cada um tem a sua. Aquele que age de forma indigna deve arcar pessoalmente com as consequências de seus atos. Sua conduta não contamina o cônjuge. [...] A tese de legítima defesa da honra é inconstitucional, em face da igualdade dos direitos entre homens e mulheres assegurada na Constituição Federal de 1998 – art. 5º – e não pode ser alegada em plenário de júri, sob pena de incitação à discriminação do gênero.

Por essa razão, a menção de defesa da honra chega a ofender o gênero feminino, uma vez que trata a mulher como um simples “objeto de uso”. Ofende, não só a integridade física, moral e intelectual, afronta, expressamente, a Constituição Federal que proíbe qualquer tipo de diferenciação entre homens e mulheres.

2.3 DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Quantas mulheres se calaram, precisaram apanhar, foram torturadas e ao final se depararam com um homicida? Apesar de o questionamento estar conjugado no passado, as respostas tendem a ser cada vez mais atuais, uma vez que no cotidiano, a mulher, na maioria das vezes, continua submissa a fatores externos às suas vontades.

O avanço almejado está, paulatinamente, sendo conquistado, e isso a própria história da mulher em sociedade vem demonstrando em diversas camadas sociais.

Posto isto, a condição atual da mulher representa um conteúdo revolucionário, ou seja, o comportamento feminino está pautado na sua inserção no âmbito das decisões públicas, sociais e familiares. O “Outro²”, como Beauvior denomina a mulher, começa questionar a sua condição como gênero.

Dentro do contexto histórico, a sociedade patriarcal conduziu a condição feminina para o “Privado”, por um período extenso, o lar era tido como submissão e escravidão, assim, ao homem cabia às decisões “Públicas”, enquanto à mulher condicionava-se às tradições machistas.

Dessa maneira, contrapondo-se ao homem público, aparece inserida na sociedade machista, a mulher pública que constituiria a vergonha, o objeto vil, sem individualidade própria e dissimulada (PERROT, 1998, p. 7).

E, é durante a década de 70 (setenta), através dos movimentos feministas, não só no cenário internacional, mas principalmente no Brasil, que a mulher passa a reivindicar a observação ao princípio da isonomia – igualdade de gêneros – para posicionar homens e mulheres em um único patamar normativo, social, cultural, econômico e familiar. Conduzindo a rompimentos de atitudes preconceituosas e machista das sociedades patriarcais.

Os movimentos feministas tendem a atuar no cenário social de forma a proteger e buscar garantir que as minorias tenham uma posição realmente

² BEAUVOIR, Simone de. Trad. Sérgio Milliet. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. O casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolavelmente uma à outra: nenhum corte é possível na sociedade por sexos. Isso é que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro.

igualitária. Assim, justo seria proclamar a igualdade de gêneros e promover políticas capazes de garantir condições de segurança suficientes para atender suas necessidades.

2.3.1 A importância dos Movimentos Feministas na prevenção da violência de gênero

Os movimentos feministas aparecem, no cenário social, político e normativo, para alcançar reconhecimento de garantias e direitos igualitários entre os sexos. Desmitificando a separação entre homem e mulher, principalmente, no âmbito do trabalho, a destituição do sistema patriarcal e no combate a violência contra a mulher.

Assim, o discurso, dos movimentos feministas, apresentado, corrobora com a manifestação precursora da insubmissão. Nesse ponto, alega Pacheco e Chaves (1986, p. 30), que: “[...] Parece ser essa a principal característica de seu posicionamento na sociedade: reivindicação de autonomia e recusa de aceitar a identidade que lhe foi conferida através do discurso oficial, masculino”.

Dessa forma, Eluf (2007, s.p.), também corrobora dizendo que a:

Reação das mulheres vem mudando a abordagem do crime passionai. Se até os anos 60, seus autores ainda podiam ser absolvidos, no Brasil, por legítima defesa da honra, nos anos 70, a impunidade começa a diminuir com a atuação dos movimentos feministas.

No ano de 1975, o encontro intitulado de “Seminário sobre o Papel Contemporâneo da Mulher na Sociedade Brasileira”, é considerado um marco no que se refere às discussões atuais acerca do feminismo e aos problemas que envolviam os gêneros. A problematização levantada estava voltada para o trabalho, a saúde da mulher, a discriminação e, principalmente, o posicionamento feminino no que dizia respeito à instituição de um país democratizado. (PERROT, 1998)

Prosseguindo, no tocante ao ano de 1980, o grupo feminista aparece amplamente no cenário nacional almejando proteção estatal à condição feminina. Assim, o Encontro Feminista em Valinhos, na cidade de São Paulo, resultou no enfrentamento e discussão acerca da violência contra a mulher e a criação do SOS-

Mulher ³ e, por fim, passando o Estado a refletir sobre a possibilidade de oferecer às mulheres atendimento digno e respeitoso. Nesse sentido, reafirma-se nos dizeres de Santos (2001, *on-line*), que:

No início dos anos 80, surgiram grupos feministas em todo o país, denominados SOS-Mulher, voltados ao atendimento jurídico, social e psicológico de mulheres vítimas de violência. A então forte e bem sucedida politização da temática da violência contra a mulher pelo SOS-Mulher e pelo movimento feminista de mulheres em geral fez com que, em São Paulo, o Conselho Estadual da Condição Feminina, também criado no governo Franco Montoro em 1983, priorizasse essa temática, entre outras. O Conselho propunha então a formulação de políticas públicas que promovessem o *atendimento integral* às vítimas de violência, abrangendo as áreas de segurança pública e assistência social e psicológica. (grifo do autor).

Oportunizando a conquista, cinco anos após a instituição do SOS-Mulher, no ano de 1985, por meio do Decreto nº 23769, de 6 de agosto de 1985, implantou-se a primeira Delegacia Especializada de Defesa da Mulher (DEAM's). Decretado pelo então Governador Franco Montoro, do Estado de São Paulo, tem em seu bojo os seguintes artigos:

Artigo 1.º - É criada, na Secretaria da Segurança Pública, a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, subordinada ao Delegado de Polícia Chefe do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo - DEGRAN. **Artigo 2.º** - A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher cabe a investigação e apuração dos delitos contra pessoa do sexo feminino, previstos na Parte Especial, Título I, Capítulos II e VI, Seção I, e Título VI do Código Penal Brasileiro, de autoria conhecida, incerta ou não sabida, ocorridos no Município da Capital, concorrentemente com os Distritos Policiais. **Artigo 3.º** - De acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras, o Delegado Geral de Polícia promoverá a adoção gradativa das medidas necessárias à implantação da Delegacia de que trata o Artigo 1.º. **Artigo 4.º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. (SÃO PAULO, 1985, *on-line*) (grifo nosso)

A instituição da delegacia da mulher não deixa de ser um marco das manifestações feministas, pois, de certa maneira, as reivindicações propostas tendem a esclarecer à sociedade contemporânea democrática, que a cultura machista do sistema patriarcal precisa ser extirpada para beneficiar a condição de mulher. Contudo o que se verifica é que, muitas vezes, a mulher por medo ou vergonha não se utiliza de tal benefício.

³ SOS-Mulher: entidade criada em 1980 com o propósito de atender as famílias no sentido de apoiar, orientar e acompanhar famílias que estejam sofrendo ameaça e tendo seus direitos violados por agressão física e psicológica. (SOS AÇÃO MULHER E FAMÍLIA. Disponível em: <<http://www.sosmulherfamilia.org.br/quem-somos-0>>. Acesso em: 29 maio de. 2015.

A descrença parte da ideia de ineficácia dos sistemas protetivos, até porque o efetivo de servidores e operados dessas medidas são insuficientes para demanda de ocorrências. Isso demonstra que a efetividade dessas políticas depende, não somente da escrita fria, mas necessita vir acompanhando de profissionais suficientes para atender as demandas.

Ainda em 1985, foi criado e vinculado ao Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e, atualizado pelo Decreto nº 8.202, de 6 de março de 2014. No entanto, vem desde de 2002, integrando a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com competência “consultiva e deliberativa para formular e propor diretrizes de ações governamentais voltadas para a promoção dos direitos da mulher e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero”.⁴

Três anos após a criação do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, o movimento feminista chamado “Lobby do Batom”, em 1988, garantiu que a Constituição Federal de 1988, incluísse em seu bojo legal a igualdade de direitos entre os indivíduos sem qualquer distinção entre homens e mulheres.

Com a inclusão da igualdade de direitos entre os gêneros na Constituição Federal de 1988, outra conquista realizada pelas rebeldias feministas foi a criação, no ano de 2002, do SPM (Secretaria de Políticas Públicas de Mulheres), pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com papel principal de promover a igualdade entre homens e mulheres e, principalmente, erradicar todas as formas de discriminação de gênero advindas da sociedade patriarcal e individualista através de políticas públicas voltadas para o gênero.

Segundo a “Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres” (2011, p.12), antes da criação da (SPM), “o combate à violência não era suficiente para salvaguardar a integridade física da mulher. Contudo, a partir da instituição da SPM, a sociedade atual passa por um período de reflexão, ou seja, garante que haja recursos e medidas que sejam importantes para o enfrentamento da violência de gênero”.

De 2001 a 2006, o movimento feminista brasileiro surge no cenário nacional juntamente com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para reclamar e solicitar que o Estado Brasileiro tomasse providências diante do caso da

⁴ Art. 1º do Regimento Interno do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/regimento-atualizado-do-cndm.pdf>>. Acesso em: 29 maio de 2015.

farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, cuja denúncia apresentada para a “Comissão”, demonstrava que o Estado atuava de forma negligente ao não fazer uma investigação precisa, imparcial e exaustiva para responsabilizar penalmente o autor da tentativa de homicídio, bem como promover políticas eficazes na reparação e prevenção à violência contra as mulheres em âmbito nacional.

O Relatório Anual nº 54/01, da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, analisou o caso nº 12.051 (Maria da Penha Maia Fernandes), e relatou dados que demonstravam à ineficácia do sistema jurídico no combate a violência contra a mulher, assim:

As agressões domésticas contra mulheres são desproporcionadamente maiores do que as que ocorrem contra homens. Um estudo do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Brasil compara a incidência de agressão doméstica contra mulheres e contra homens e mostra que, nos assassinatos, havia 30 vezes mais probabilidade de as vítimas o sexo feminino terem sido assassinadas por seu cônjuge, que as vítimas do sexo masculino. A Comissão constatou, em seu Relatório Especial sobre o Brasil, de 1997, que havia uma clara discriminação contra as mulheres agredidas, pela ineficácia dos sistemas judiciais brasileiros e sua inadequada aplicação dos preceitos nacionais e internacionais, inclusive dos procedentes da jurisprudência da Corte Suprema do Brasil. [...] de acordo com seus compromissos internacionais, o Estado brasileiro deveria agir preventivamente – e não o faz – para reduzir o índice de violência doméstica, além de investigar, processar e punir os agressores dentro de prazo razoável segundo as obrigações assumidas internacionalmente de proteção dos direitos humanos. No caso da Senhora Fernandes, o Governo brasileiro deveria ter procedido com o objetivo principal de reparar as violações sofridas e de assegurar-lhe um processo justo contra o agressor dentro de prazo razoável. (RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2000, *on-line*).

Nota-se que a sociedade, por maioria masculinizada, estava condicionando a mulher em situações de desigualdade social e jurídica. Dessa forma, as pressões feministas foram propulsoras no que diz respeito aos direitos, no âmbito nacional e internacional, da mulher, oferecendo à sociedade mecanismos de debates que viabilizassem discussões acerca da violência de gênero.

Ainda na discussão sobre a inobservância do Estado nas relações de gênero, Hulsman (*apud* HERMANN 2000, p. 148) fala como as reivindicações femininas solidarizaram com as mulheres agredidas e afirmando a ineficácia do sistema jurídico penal em relação à proteção à mulher. Assim, se pronuncia nos seguintes termos:

É assim que as mulheres agredidas se agrupam, aqui e acolá, em associações; que determinados movimentos feministas manifestam sua solidariedade com as mulheres estupradas; que, no comércio e nas empresas, se organizam sistemas anti-roubos.

O feminismo foi, e ainda está sendo, um divisor de águas no que diz respeito ao entendimento do gênero. Não foi por mera deliberalidade que os movimentos surgiram, ao contrário, se na sociedade, sob o regimento das Ordenações Filipinas e do Código Penal Imperial, a simples menção de traição era motivo para o assassinio da mulher, isso se reverte diante das rebeliões femininas em busca da descriminalização do crime de adultério, o combate à desigualdade de gêneros e, por fim, na tentativa de punir desde o agressor até o homicida passional.

2.3.2 Conceito de Violência de Gênero

Enfrentar a violência, como um fenômeno que assola a humanidade, implica abordar o sofrimento que acompanha a vítima em todos os ambientes que se encontre, enfocando a violência como objeto de controle sob o outro.

A partir dessa consciência e tratando a violência como um fenômeno que abarca a condição de mulher, os movimentos feministas ampliaram o conceito de sexo biológico propondo a terminologia de “gênero”, uma vez que até então as diferenças entre os sexos estavam atreladas às forças físicas e características biológicas, entre o homem público e a mulher privada.

Mister, o gênero segundo o entendimento de Minayo (2006, p. 93), “diz respeito às relações de poder e à distinção entre características culturais atribuídas a cada um dos sexos e a suas peculiaridades biológicas”.

Atrai-se ao conceito de gênero a diferenciação de sexos, contudo, de forma ampla agrega outros entendimentos às relações, ou seja, o gênero volta-se nas relações de poder, cultura, trabalho e conduta social, não somente na divisão biológica - violência de gênero pode atingir ambos desde que haja uma relação de submissão e hierarquia.

Assim, Saffioti (2004, p.135), diz que “o gênero independente do sexo apenas no sentido de que não se apoia necessariamente no sexo para proceder à formatação social”.

Conforme, reafirma Magnabosco (2003, p. 419), “O termo gênero vem circulando nas ciências sociais, psicológicas e literárias com uma concepção específica e uma intenção de explicar e descrever o conjunto de comportamentos atribuídos a homens e mulheres”.

Entretanto, o preconceito de gênero evidencia-se quando a aceitação desse conceito não ocorre e, as características biológicas aparecem primeiramente que as características sociais, psicológicas e normativas.

Assim, Pinho (*apud* PULTINAVICIUS, s.d, 5343), conceitua gênero como: “um conjunto de conceitos essenciais vocacionados a aportar elementos metodológicos e teóricos centrados nas relações sociais e culturais que são elaboradas e construídas entre os sexos”.

E, é nesse conceito de sexos, além do gênero, que Beauvior (1970, p.13), também confirma que: “a divisão dos sexos é, com efeito um dado biológico e não um momento da história humana”.

Observa-se que nas relações, quando o poder de um sobressai-se ao do outro, impera uma intrínseca dominância de gênero em seus aspectos físicos, sociais psicológicos e sexuais.

No campo normativo, a Constituição Federal reconhece a violência entre gêneros ao prever no art. 226, § 8º, que: “O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações”.

Assim, Prado (2014, p.699-700) diferencia a violência doméstica e violência de gênero como:

[...] decorrentes de causas distintas e precisam de respostas penais autônomas. A confusão conceitual faz que a violência contra as mulheres acabe por diluir-se em relação a outras manifestações de agressividade originadas por causas alheias ao sexo da vítima, o que impede, por conseguinte, que a sociedade visualize de modo claro e transparente que se trata de manifestação mais extrema de uma discriminação estrutural. A violência de gênero existe como um fenômeno social, ou seja, como um tipo específico de violência vinculado de modo direto ao sexo da vítima – ao fato de ser mulher. [...] No dizer legal, a violência de gênero aparece em três âmbitos: seja no âmbito da unidade doméstica (art. 5, I), seja no âmbito da família (art. 5º, II), seja ainda em qualquer relação íntima de afeto (art. 5, III).

Destarte, no tocante a Convenção do Belém do Pará, realizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Art. 1º, apresenta os seguintes

termos acerca da violência contra mulher: “Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

A instituição do gênero aparece com a tentativa de expurgar as diferenças entre os sexos, permitindo a construção de um novo olhar sob a mulher vitimizada, e não mais a considerando em sua condição de inferioridade feminina.

Simetricamente, a violência contra a mulher, sob a ótica do gênero, compreende desigualdades sociais, empresariais e salariais; uso do corpo feminino como objeto; tratamento desumano; assédio moral e sexual nos diversos âmbitos; e violações aos direitos humanos, seguimentos que necessitam investimentos em pesquisas, ampliação de medidas protetivas e jurídicas adequadas (FERNANDES, 2003, p. 8).

A violência contra a mulher transita de modo geral e específico, ou seja, de modo universalizado, a classe de maior extensão será o “gênero” enquanto as formas de violência que assolam esse gênero abrangem a física, sexual, psicológica e extrema.

A violência extrema aparece como a forma específica da violência de gênero, sendo aquela basilar ao cometimento do crime passional. Há, assim, uma predominância da relação no poder patriarcal, de discriminação e opressão. No mais, evidencia a extremidade da violência o contra ataque a um bem jurídico protegido pelo direito pátrio que é a vida.

Da mesma maneira, ressalta-se que a violência de gênero praticada de forma extrema contra mulher, atinge diversos graus de inserção social, raça, idade e de instrução. Para tanto o agressor e o assassino, na maioria das vezes, encontram-se na mesma posição social, porém, administra sob a mulher um grau de dominância masculina ligada a uma ideologia de sustentação patriarcal e afetiva.

3 DA PASSIONALIDADE NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Das definições acima tratadas, o presente capítulo verificará como ocorrem esses fenômenos da violência de gênero, através de alguns dados apresentados, e de que forma isso vem se caracterizando nas relações. No mais, as consequências desses conflitos, tendo em vista que políticas públicas são instituídas para minorar e excluir da sociedade as relações de desigualdades, possibilitando um empoderamento da condição feminina.

Oportunizando, o questionamento acerca dos gêneros por meio de uma mudança de postura não somente de padrões sociais, mas também, de institutos legais, de comportamentos forenses para auxiliar a constante construção de espaços jurídicos almejados. E, por fim, racionalizando uma resposta jurídica ao tratamento instituído para os homicidas pela norma penal.

3.1 SITUAÇÕES DE MAIORES OCORRÊNCIAS

A violência de gênero ocorre nas diversas classes sociais. E, apesar da significativa evolução nos direitos protetivos e no papel da mulher em sociedade ter sido ampliado, os homicídios de gênero – crime passional masculino – continuam aumentando.

Para a Camargo e Aquino (2003, p. 44), “a violência contra a mulher relaciona-se com um ciclo, num primeiro momento há o acúmulo de tensão diante de um homem dominante e passional envolvendo ameaças e agressões, por fim, num segundo momento que culmina em agressões mais graves e, é nesse momento que a mulher se encontra vulnerável as idiossincrasias masculinas.”

Os homicídios passionais em função do gênero preponderam em toda sociedade nacional e internacional, isso porque segundo Waiselfisz (2012, p. 16), o Brasil até o ano de 2009, vinha ocupando o 7º lugar no que diz respeito as maiores taxas de assassinatos femininos no mundo, totalizando 4,4 %, perdendo posição apenas para países como: El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia, Colômbia e Belize.

Os assassinatos de gênero continuam sendo praticados por homens que tiveram alguma relação amorosa ou mesmo de dominância com relação à mulher assassinada. A faixa etária dos óbitos femininos no Brasil predomina em mulheres de 20 a 39 anos, ocorrendo com um percentual de 71,8%, a maior parte dentro das residências. As médias restantes de 15,6% são ocasionadas em via-públicas (WASELFISZ, 2012, p.18).

Regionalmente, segundo Waiselfisz (2012, p.12), a cada 100.000 (cem mil) assassinatos de mulheres brasileiras nas capitais os níveis são maiores, que do Estado, totalizando um percentual de 5,1%.

Fundamental relacionar a violência extrema com as demais violências de gênero, isso porque como já dito, o ciclo da violência começa com agressões físicas, psicológicas e sexuais culminando com a agravante de homicídio passional.

Assim, a conceituação apresentado por Waiselfisz (2012, p. 21-25) importa a:

Violência Física: são atos violentos com uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo. Ela pode se manifestar de várias formas, como tapas, beliscões, chutes, torções, empurrões, arremesso de objetos, estrangulamentos, queimaduras, perfurações, mutilações [...]

Violência Sexual: toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais, contra a vontade por meio de força física, influência psicológica, uso de armas ou drogas (Código Penal Brasileiro) [...]

A violência física residencial acontece em maior percentual entre as vítimas de 10 a 60 anos, pois os agressores enquanto criança figuram os pais e após a idade de 20 anos passam a sofrer com o companheiro e ex-companheiro, totalizando um percentual de 44,2%, no ano de 2011.

No que tange a violência sexual, segundo dados no ano de 2011, foram atendidas, pelo sistema SUS, um total 13.000 (treze mil) mulheres vítimas de agressões sexuais, ocorrendo preferencialmente em residências. Contudo, diferente da física, o polo ativo são na maioria os amigos da vítima ou da família. Já a violência psicológica representa um percentual acima de 20%. (WASELFISZ, 2012, p. 21).

Marcante é a continuidade de desigualdade de gênero no Brasil, superar a violência contra a mulher. Em sua forma extrema tornou-se um dos desafios

instaurado pelo Estado, pelos movimentos feministas e pela própria sociedade conscientizada.

Segundo Eluf (2007, s.p.), “a sociedade brasileira de hoje é outra. Embora as mulheres ainda sejam vítimas de violência de gênero, essa conduta vem recebendo maior reprovação da comunidade”.

A violência de gênero extrema contra a mulher se manifesta como uma desordem de gênero contribuindo para que haja entre homem e a mulher uma hierarquia de desigualdades, reforçando o aumento de crimes e violência perpetrada.

Ainda mencionando os dados apresentados por Waiselfisz (2012, p. 26), no ano de 2006, com a promulgação da Lei Maria da Penha, os números de assassinatos apresentou uma baixa significativa. Mas, já dois anos após essa análise, verificou-se que, em 2008, os valores retrocederam às estatísticas anteriores indicando que até aquele momento a Lei foi um paliativo momentâneo.

Em 2012, a Comissão Parlamentar Mista de inquérito, também realizou uma pesquisa a fim de apurar os números da violência contra as mulheres no Brasil e os dados revelaram as posições de cada estado-membro em relação a violência de gênero.

Os dados levantados pelo Instituto Sagari, cujo autor da pesquisa é Waiselfisz (2012, p.7) verificou que quanto ao homicídio feminino em (100.000 mulheres) por Unidade Federativa no ano de 2010, demonstra que regiões com um bom índice de desenvolvimento humano (IDH) são os que mais sofrem com o homicídio feminino. Estados como Espírito Santo, Alagoas e Paraná apresentam as seguintes taxas: 9,8%, 8,3% e 6,3%, respectivamente, ocupando as três primeiras posições no ranking nacional.

O Estado de Rondônia, segundo informações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (2013, p. 685) ocupa até o momento a 15º posição nacional, com a taxa de homicídios femininos de 4,8%, a capital Porto Velho é a 14º capital mais violenta do país, com a taxa de 6,2%.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (2013, p.686) avaliou o Estado de Rondônia afirmando que “não haviam encaminhado informações suficientes sobre quais órgãos compunham o enfrentamento da violência contra a mulher, isso porque até o relatório da CPMI ser finalizado o Estado manteve-se inerte quanto ao

Projeto Integral Básico do Estado para implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência”.

O Tribunal de Justiça de Rondônia encaminhou em respostas as requisições solicitadas a seguintes informações:

Em resposta à requisição de informações feita por esta CPMI, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) encaminhou ofício com quadro sintético contendo dados referentes aos crimes de violência contra a mulher. Vê-se, pelo quadro, que a justiça estadual acatou 2.296 denúncias, concluiu 1.616 processos, concedeu 166 medidas protetivas de urgência em decorrência de violência doméstica e ainda prolatou 765 sentenças de condenação por crimes contra a mulher: 659 por violência doméstica, 99 por violência sexual e sete por outros crimes de gênero. (COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, 2013, p 691).

Assim, percebe-se a dificuldade encontrada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a auferir as informações acerca dos programas que cada Estado vem aderindo e, como essas políticas públicas estão sendo recebidas pela população mais afetada. Isso, talvez ocorra, não por falta de interesse Estatal, mas por dificuldades em levantar dados que por muitas vezes acabam sendo despercebidos pelos próprios setores que veem a implantar esses programas de prevenção.

As poucas informações levantadas acabaram impedindo que a Comissão (CPMI) avaliasse eficazmente como as mulheres veem sendo tratadas pelos seus pares na sociedade estadual, sendo que de forma genérica acabam sugerindo algumas medidas que possam estar auxiliando e protegendo a classe feminina do Estado, contudo acaba não atendendo a real necessidades das vítimas.

De antemão, nesse contexto de palições e retrocessos, as políticas públicas criadas e aperfeiçoadas para suprir essas necessidades de proteção ao gênero, tornam-se pontos chave para trazer à discussão, que parte do Campo Social e Psicológico, precisa recorrer ao Legislativo Penal. Assim, combaterá a desigualdade de gênero e, por fim, reduzirá sua ação de “Estado-Omissivo” com o propósito de não mais contribuir ativamente para a conduta homicida.

3.2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À INCLUSÃO DO FEMINICÍDIO

O homicida passional, não enxerga limites, não respeita a igualdade do gênero, não vislumbra a parceira como alguém que agrega sua vida, ao contrário, a

considera como simples objeto de contemplação e oblação. Precisa mostrar que está no controle da relação, se sente feliz apenas em provocar sofrimento e dor a outrem, suas emoções são momentâneas e exacerbadas.

Os homens agressivos não demonstram amor, mas possessividade, narcisismo, descontrole e violência extrema. Assim, cabe ao Estado instituir medidas/políticas públicas suficientes para evitar possíveis tragédias que venham a assolar a vida de tantas mulheres, assegurando autonomia e igualdade entre os gêneros.

Dessa forma, com a criação da SPM, o Estado através da instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), cuja “finalidade é investigar a situação da violência contra mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência” (RQN – REQUERIMENTO (CN), Nº 4, de 2011)⁵.

O relatório apresentado pela CPMI propôs mudanças processuais e material com relação as medidas já criadas, como exemplo: a Lei Maria da Penha. Tendo em vista “a permanência do padrão de violência contra a mulher e a tolerância estatal detectada tanto por pesquisas, estudos e relatórios nacionais e internacionais” (COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, 2013, p. 7).

Por conseguinte, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (2013, p. 8), também verificou que “as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres devem ser efetivamente assumidas pelos poderes públicos constituídos”. Resultado disso é perceber que as políticas públicas analisam e investigam para auxiliar no estudo e possível alteração do direito material e processual, a fim de amenizar condutas delituosas que não satisfaçam a sociedade no que envolve as relações de gênero.

Nesse entendimento de satisfação dos anseios sociais, Fernandes (2003, p. 11) fala que:

O enfrentamento à violência contra a mulher exige a soma de esforços entre os diversos segmentos da sociedade: entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; governos estaduais e municipais; movimentos

⁵ CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Disponível em: >http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=101261.< Acesso em: 03 jun. de 2015.

sociais, em especial, movimentos feministas, de mulheres e movimentos e movimentos de direitos humanos.

Para Corroborar, a Convenção Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de Belém do Pará, de 1994, procurou não excluir a responsabilidade dos Estados Partes na erradicação da violência de gênero ao dispor em seu art. 8º, que:

Os Estados Partes convêm em adotar, progressivamente, medidas específicas, inclusive programas destinados a: **a.** promover o conhecimento e a observância do direito da mulher a uma vida livre de violência e o direito da mulher a que se respeitem e protejam seus direitos humanos; **b.** modificar os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres, inclusive a formulação de programas formais e não formais adequados a todos os níveis do processo educacional, a fim de combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbem a violência contra a mulher; **c.** promover a educação e treinamento de todo o pessoal judiciário e policial e demais funcionários responsáveis pela aplicação da lei, bem como do pessoal encarregado da implementação de políticas de prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher; **d.** prestar serviços especializados apropriados à mulher sujeitada a violência, por intermédio de entidades dos setores público e privado, inclusive abrigos, serviços de orientação familiar, quando for o caso, e atendimento e custódia dos menores afetados; **e.** promover e apoiar programas de educação governamentais e privados, destinados a conscientizar o público para os problemas da violência contra a mulher, recursos jurídicos e reparação relacionados com essa violência; **f.** proporcionar à mulher sujeitada a violência acesso a programas eficazes de reabilitação e treinamento que lhe permitam participar plenamente da vida pública, privada e social; **g.** incentivar os meios de comunicação a que formulem diretrizes adequadas de divulgação, que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas as suas formas e enalteçam o respeito pela dignidade da mulher; **h.** assegurar a pesquisa e coleta de estatísticas e outras informações relevantes concernentes às causas, consequências e frequência da violência contra a mulher, a fim de avaliar a eficiência das medidas tomadas para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como formular e implementar as mudanças necessárias; e **i.** promover a cooperação internacional para o intercâmbio de ideias e experiências, bem como a execução de programas destinados à proteção da mulher sujeitada a violência. (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1994, *on-line*)

Explicando essa iniciativa da Convenção mencionada, Camargo e Aquino (2003, p. 44) instruem que:

A função de **responsabilizar e punir** o agressor, afetas à **Justiça**, apoiada pelos **serviços policiais**, e a função de **diagnosticar, assistir, dimensionar impactos à saúde e ao desenvolvimento** dos envolvidos, **prevenir**, enfim, toda a multiplicidade de ações implicadas, devem ser assumidas por outros **órgãos, serviços, agentes sociais e comunitários**, através de programas articulados, na área da **educação**, da **saúde**, da **assistência**, da **promoção de trabalho, renda e crédito**, da **moradia**,

enfim, todos os serviços, ações e programas que possam concorrer positivamente à eliminação da violência. *Conferir onipotência a este ou aquele serviço ou ação, enquanto política isolada, serve apenas para reinscrever a violência doméstica em seu estigma – a invisibilidade, o isolamento e a clandestinidade.* (grifo do autor)

Adiante, dispõem Camargo e Aquino (2003, p. 48) que:

As políticas de proteção e segurança são essenciais para o enfrentamento à violência, mas é preciso avançar tanto em políticas de prevenção como de políticas que articuladamente trabalhem para uma reversão da dependência financeira, elevação da autoestima das mulheres, fortalecimento da capacidade de representação e participação na sociedade, enfim, criem condições favoráveis à autonomia pessoal e coletiva.

Destarte, os movimentos feministas auxiliaram na instituição de políticas públicas quando da pretensão de interromper o ciclo de violência gênero. Sendo, fato, que as estatísticas de assassinatos femininos no Brasil não tiveram uma baixa significativa, mesmo com programas de proteção já existentes.

Contudo, a negligência estatal, talvez destoa no fato de que as proteções e seguranças oferecidas a mulher não conseguem ser efetivadas nos órgãos públicos de forma concreta, pois notório é a dificuldade que os assistentes, servidores e colaboradores encontram ao disponibilizar esses serviços. Tendo em vista que os poucos recursos para abarcar as necessidades de todas as vítimas da violência.

Por derradeiro, o Estado vem lidando com os homicídios passionais de forma ponderada ao incorporar a qualificadora de “feminicídio” ao art. 121, do Código Penal de 1940. Evidencia-se a alteração do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, acrescentando por meio da Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015, a seguinte figura penal:

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

[...] Feminicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Pena - reclusão, de doze a trinta anos. § 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. [...] § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto. II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência. III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima. (BRASIL, 2015) (grifo nosso)

A instituição da qualificadora de feminicídio marca o que Anthony (*apud* GEBRIM; BORGES 2014, p. 3) diz acerca da tipificação de um:

[...] tipo penal que contribuiria para transformações culturais importantes, possibilitando conhecer quem são as vítimas e seus agressores, os contextos das agressões e crimes denunciados com maior frequência, conhecendo a real magnitude dessa conduta ilícita, além de garantir o acesso à justiça e a possibilidade de que o Estado adote políticas públicas para prevenção e a erradicação da violência contra a mulher.

Para tanto, Cabanãs e Rodrigues (*apud* GEBRIM; BORGES 2014, p. 69) asseveram que:

Embora a persecução penal de quem tenha tirado a vida de uma mulher por razões de gênero possa ser alcançada pela norma jurídica neutra do homicídio, não é possível visualizar o contexto em que essas mortes têm lugar, tampouco o caráter social e generalizado da violência baseada no gênero, já que são registradas simplesmente como homicídios, tendentes a ser tratadas como assunto pessoal ou privado, resultantes de problemas passionais, cujos agressores são retratados como “loucos”, “fora de controle” ou “animais”, quando, na realidade, há um caráter profundamente social e político, resultado de relações de poder entre homens e mulheres na sociedade.

Deste modo, a qualificadora viabiliza a verificação contextual em que as mortes são mais frequentes, apresentando outros conceitos além dos previstos no homicídio, facilitando a persecução penal e a forma como os magistrados aplicam a lei, uma vez que o homicídio passional abandona a interpretação analógica e torna-se um tipo penal embasado num caso concreto objetivamente nominado.

O feminicídio perpetua-se nos lares contra ascendente, descendente em linhas reta ou colateral até o quarto grau, cônjuges e dependentes financeiros e afetivos do agressor, no mais a violência de gênero extrema tem seu condão ligado a afetividade de convivência sendo um namoro, uma relação amorosa passada, amizades, companheirismo, relações de trabalho, enfim, todo e qualquer situação em que o autor é responsável direto na convivência social com as vítimas. (GEBRIM; BORGES, 2014)

Contrariamente, apontam os divergentes que a instituição do feminicídio não abarcaria os fins pretendidos pelos feministas no transcurso da história da mulher. Igualmente, Gebrim e Borges (2014, p. 70-71) diz nos seguintes termos que:

Há que se colocar ênfase em políticas públicas que obriguem o Estado a investir em campanhas de sensibilização, capacitação contínua, garantia do acesso à Justiça, desenvolvimento de planos, programas e estratégias setoriais e territoriais, promoção de modelos de prevenção abrangentes, que abordem o espaço íntimo e público do desempenho das atividades das mulheres, além da promoção de mecanismos de supervisão e controle de

conformidade com os tratados internacionais e regionais assinados pelos países.

É possível verificar que, num primeiro momento, o discurso adotado pelos defensores da inclusão do feminicídio envolve fatores sociais de risco, como por exemplo, a morte de mulheres em razão do gênero. De imediato, argumentos contrários traduzem o sentido de inefetividade do Direito Penal e da inoperância das políticas públicas ao serem criadas eficazmente, uma vez que o Estado ainda se vê obrigado a criá-las e demonstrar que surtem efeitos temporários.

3.3 DO TRATAMENTO JURÍDICO REGALADO AO HOMICIDA PASSIONAL

Em discussão, o homicídio passional como consequência de uma violência de gênero, gerada pelo extremo de agressões físicas, psicológicas, sexuais e, por fim, o assassinato.

Estudada sob o ponto de vista das condutas serem praticadas, na maioria das vezes, por indivíduos do sexo masculino e, justificada pelo contexto social do patriarcalismo, do capitalismo, da normativa, do poderio econômico e da educação diferenciada dada ao homem e a mulher.

O homicídio passional é causado pela maioria masculina, isso Noronha (2003, p. 24), vem explicando que:

A Escola Positiva exaltou o delinquente por amor e foi o bastante para que o passional fosse tido todo matador de mulher, esquecendo-se dos característicos que apontava. A verdade é que, via de regra, esses assassinos são péssimos indivíduos: maus esposos e piores pais. Vivem sua vida sem a menor preocupação para com aqueles que deveria zelar, descuram de tudo, e um dia quando descobrem que a companheira cedeu a outrem, arvoreem-se em juízes e executores.

Nos crimes passionais, o homem sustenta a ideia de que a mulher lhe pertence, faz parte de um bem/objeto e somente com a submissão daquela que seria feliz. Sendo assim, dividi-la seria perder seu poder sob a condição feminina e a única saída para consagrar a paixão é optar pela violência extrema.

Segundo Eluf (2007, s.p.), o perfil do masculino passional será na maioria das vezes:

Homem, geralmente de meia-idade (há poucos jovens que cometeram o delito), é ególatra, ciumento e considera a mulher um ser inferior que lhe deve obediência ao mesmo tempo e que elegeu o “problema” mais importante de sua vida. Trata-se de pessoa com grande preocupação com sua imagem social e sua respeitabilidade de macho. Emocionalmente é imaturo e descontrolado, presa fácil da “ideia fixa”. Assimilou os conceitos da sociedade patriarcal de forma completa e crítica. [...] O homicida passional, no mais das vezes, confessa o crime. Para ele, de nada adianta matar a mulher que (supostamente) o traiu se a sociedade não ficar sabendo. É muito importante mostrar aos outros que sua ‘honra’ foi ‘lavada’ e, assim, recuperar a respeitabilidade.

O homicídio passional acontece por meio de uma gradação de condutas em que o homem não quer ver a emancipação da mulher. Demonstra claramente que não quer afastada do seio familiar por conta de trabalho, outras ocupações que não seja a de viver ao seu lado ou liberdades individuais.

O número de casos apresentados acerca do assassinio de mulher pela sua condição de gênero é muito maior que a dos homens. Em entrevista a Eluf o advogado Valdir Troncoso Peres (2007, s.p), relata que:

O homem se vale de sua superioridade física. Por isso, mesmo que houvesse equivalência total entre as posições sociais de ambos os sexos, ainda assim haveria mais homicídio praticado por homem do que praticado por mulher [...] se houvesse a equivalência de direitos a mulher delinquiria menos que o homem.

A sociedade, como verificado, sobreviveu a um período de desigualdades criadas pelo machismo patriarcal. O próprio sistema normativo desenvolveu uma inoperabilidade no que diz respeito à defesa da condição feminina em sociedade e, somente veio a ser discutido após revoluções e tentativas de entendimentos acerca do gênero.

Tendo em vista que a tese de legítima defesa da honra já não era mais possível e descabida sua instituição, já que o ordenamento penal brasileiro prescreve legítima defesa somente quando envolver casos de violência física. Assim, impedidos de alegar tal “direito”, as teses debatidas na defensiva do crime passional passou a serem discutidas como um privilégio de violenta emoção, relevante valor moral e social, previstos no art. 121, § 1º, dispondo que:

§ 1º- Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço. (BRASIL, 1940, *on-line*)

Essa violenta emoção e valores sociais auferidos diz Mirabete (2004, p. 69), que:

A emoção violenta é, às vezes, a exteriorização de outras paixões mais duradouras que se sucedem, se alteram ou se confundem: o ódio, a honra, a ambição. Mas a paixão pode apresentar-se [...] 'como sistematização de uma idéia que se instala morbidamente no espírito e exige tiranicamente a sua conversão em ato' podendo constituir até uma doença mental.

Para tanto, segue dizendo (2004, p. 68) que o homicídio emocional tem como requisitos “a existência de uma emoção absorvente; a provocação injusta por parte da vítima; reação imediata”.

No homicídio passional inexistente qualquer tipo de provocação por parte da vítima ou mesmo reação imediata, pois na maioria dos casos o crime acontece após uma sequência de preparação. Caracteriza-se pela premeditação das ações.

Corroborando o art. 28, do Código Penal de 1940, aduz que a paixão e a emoção, também não são causas de imputabilidade penal, ou seja, a culpa existe, o inimputável será o homicida que não tiver discernimento do que é ilícito. O que na ocorrência do crime passional não acontece. Isso porque, mesmo com os sentimentos transfigurados além da normalidade, não justifica o homem ultrapassar princípios normativos por mera influência de ego e de condutas agressivas reiteradas.

Nesse sentido, quando do cometimento da conduta delituosa por emoção explica Prado (2014, p. 358) que:

Os denominados estados emotivos ou passionais, perturbações de consciência, podem ser conceituados: 1. Emoção – sentimento intenso e passageiro que altera o estado psicológico do indivíduo, provocando ressonância fisiológica (ex. angústia, medo, vingança, tristeza); 2. Paixão – chamada emoção-sentimento – é a ideia permanente ou crônica por algo (ex. cupidez, amor, ódio, ciúme).

Ressalta ainda (2014, p. 358) que no Direito Penal:

Esses estados psicológicos fazem parte, em geral, da vida cotidiana e não há motivo para que recebam tratamento diferenciado da lei penal. Daí que a emoção e a paixão, salvo quando patológicas (art.26, CP), não têm o condão de elidir a imputabilidade penal. Entretanto, podem, em certas circunstâncias, aparecer como atenuantes (art. 65, III, c, CP) ou causas de diminuição de pena (art. 121, § 1º, CP – homicídio privilegiado).

Corroborando, Capez (2012, p. 56) explica que “[...] para que haja exclusão de culpabilidade, pela inimputabilidade, é necessário que a perda total da capacidade de entender ou de querer decorra de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado”.

Para tanto ressalta-se que o privilégio legal da violenta emoção dificilmente seria acatada pelo corpo de jurados e posteriormente ter a pena reduzida, uma vez que a conduta do homicida passional é fria e inócua, não se trata de injusta provocação da vítima e, menos ainda logo após, tendo em vista que na maioria das vezes o crime acontece dias ou mesmo tempos depois do momento da injustiça possivelmente provocada.

Assim alguns julgados corroboram com a doutrina ao rejeitar algumas teses:

Júri. Homicídios duplamente qualificados consumado e tentado. Configuração. Materialidade e autoria demonstradas. Pretendida anulação do julgamento por ser o veredicto manifestamente contrário à prova dos autos. Inadmissibilidade. Decisão baseada em elementos concretos de convicção. Depoimento da vítima e confissão do réu. **Crime passional. Privilégio por violenta emoção rejeitado.** Opção dos jurados pela tese acusatória, demonstrada por conjunto probatório robusto. Condenação resultante do poder de escolha do Júri. Pena. Menoridade relativa e confissão. Incidência das atenuantes. Pena reduzida. Apelo defensivo parcialmente provido para esse fim. (TJ-SP - APL: 31283920068260286 SP 0003128-39.2006.8.26.0286, Relator: Otávio de Almeida Toledo, Data de Julgamento: 08/05/2012, 16ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 10/05/2012) (SÃO PAULO, 2012) (grifo nosso)

Como no citado acima, de fato houve o crime passional consumado, em plenário foi julgado e condenado, sendo que a tese de defesa solicitando o privilégio de violenta emoção se fez inócua, demonstrando como a sociedade reage diante de condutas extremistas e de excessiva torpeza.

Contrário ao julgado Capez (2012, p. 60-61) vem ensinando que “o homicídio passional, na sistemática penal vigente, não merece, por si só, qualquer contemplação, mas pode revestir-se das características de crime privilegiado desde que se apresentem concretamente todas as condições do § 1º, do art. 121, do CP”.

Ainda, se a emoção ou a paixão sentida não forem causa de uma doença patológica não poderá ser excluída a imputabilidade do indivíduo. Quanto a emoção Capez (2012, p. 57) diz que “somente se violenta autoriza o privilégio, de forma que, se o agente, diante de uma injusta provocação, reage ‘a sangue frio’, não terá direito a minorante”.

Verificadas as atenuantes genéricas, o art. 65, III, “c”, do Código Penal, não traz em seu bojo legal o mesmo lapso temporal previsto no art. 121, § 1º, “logo após”, para tanto alguns defensores, como forma de encontrar uma justificativa para diminuir a pena do acusado, utilizam-se dessa tese de violenta emoção provocada pela vítima embasada legalmente em tal artigo.

Assim, a exigência do privilégio é que o agente esteja sob o domínio de violenta emoção e logo após a injusta provocação da vítima. Para tanto, a atenuante genérica se baseia na influência de violenta emoção, sem o lapso temporal. Assim, conclui-se que a incidência do art. 65, III, “c”, do CP, é o caráter atenuante da pena, uma vez que o lapso temporal previsto no privilégio não abarca o requisito temporal da atenuante (CAPEZ, 2010, p. 59).

Contudo, a atenuante prevista não se justifica, tendo em vista que a torpeza do crime passionai não infere numa violenta emoção. Mirabete (2004, p. 220) acrescenta que:

O Código Penal brasileiro prevê como atenuante genérica ter sido o crime cometido sob *influência de violenta emoção*, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, c, ultima parte) e admite como causa de diminuição especial da pena terem sido praticados o homicídio ou as lesões corporais estando o agente sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima (arts. 121, §1º e 129, §4º). Devem estar presentes nessas hipóteses os requisitos previstos nos dispositivos, posto que a emoção, por si, não atenua a responsabilidade, derivando a atenuação apenas dos motivos que causaram. (grifo do autor)

Descabida é a teoria de que a mulher ao questionar, requerer e buscar sua individualidade esteja agindo em desconformidade com alguma conduta social. Como visto, a emoção é um estado afetivo que desmoderada produz um sujeito violento de distúrbios psíquicos, enquanto a paixão infiltra-se numa crise psicológica crônica de tempo duradouro.

Assim, atenua-se a pena, uma vez que é direito. Entretanto, no homicídio passionai a conduta infringe os limites penais impostos à sociedade, bem como ultrapassa os direitos da vítima quanto a sua individualidade física, normativa, financeira e garantias legalmente constituídas.

Agrava a conduta passionai quando se trata o crime com certa torpeza e futilidade Franco (*apud* ELUF 2007, s.p.) traz julgados no sentido de que:

‘Caracteriza motivo torpe o fato do marido, desprezado pela mulher que com ele não mais quer conviver, resolver vingar-se, desejando matá-la. O motivo é o antecedente psíquico da ação. No caso, a força que colocou em movimento o querer do agente ativo, que o levou ao gesto de matar a sua companheira, que somente não se consumou pelo fato da vítima ter fingido que se encontrava morta’(TJRJ, AC, Rel. Paulo Sérgio Fabião, RT 733/659).

A futilidade é o motivo insignificante, sem qualquer importância, sendo assim, a atitude de matar figura-se desproporcional ao motivo que levou à prática. Assim, Franco (*apud* ELUF, 2007, s.p.) acrescenta que:

Não se deve confundir motivo fútil com motivo injusto. Aliás, a injustiça da motivação do agente é elemento integrante do crime. Para que se reconheça a futilidade da motivação é necessário que, além de injusto, o motivo seja insignificante. Isso, contudo, não se pode dizer quando entram em jogo a separação do casal e o crime. Se tais motivos justificassem a motivação do réu, corresponderiam a causa excludentes de criminalidade, que, evidentemente, não são (TJSP, Rec, Rel. Geraldo Arruda, RJTJSP 62/356)

Dessa forma, a futilidade se revela a mais vil das mazelas do criminoso, isso porque quando desmascarando o homicida passional percebe-se na sua insignificância de egoísmos e moral. Assim, o período entre a decisão e a conduta delituosa traduzem um confronto interior de motivos para a prática do crime.

Segundo jurisprudência do TJSP (*apud* CAPEZ, 2012, p. 63) cita que:

‘A conceituação do motivo fútil exclui qualquer circunstância capaz de ter provocado exaltação ou revolta, ou que explique o impulso com que o agente é levado ao crime. E essa atitude deve ser apreciada pelo juiz, levando em conta o grau de educação do agente, o meio em que vive e outros fatores especiais de cada caso’ (RJTJESP, 113/449)

A torpeza da conduta conforme ensina Noronha (2003, p.25) que “é, quando a razão pela qual a vontade se determina é vil, ignóbil e abjeta, ofendendo mais profundamente o sentimento ético comum da sociedade”.

O avanço feminista, como já explicado, corroborou para que o homicídio passional tivesse outra visão em sociedade. O que anteriormente era considerado uma condutada abarcada pelos privilégios normativos, tornando brandas as penas, passou a receber um tratamento condizente com a gravidade delituosa.

O homicídio passional como explica Capez (2013, p.77) também se configura a qualificadora isso por que:

No tocante a 'outro motivo torpe', conforme já visto, são assim considerados aqueles que causam repulsa geral. São motivações torpes, pela repugnância que causam a coletividade, por exemplo, o homicídio da esposa pelo fato de negar-se à reconciliação; matar a namorada ao saber que ela não é virgem; a recusa em fazer sexo.

Dessa forma, é evidente que sociedade contemporânea, apesar de conviver diariamente com casos extremos de violência, almeja um rompimento dessa cultura endurecida e engessada do direito. A sociedade de direito comporta-se no passo que o Estado de Direito apresenta normas e medidas que sejam suficientes para proteger as classes.

Contudo, o Estado enquanto instituidor e operador de políticas públicas e normas, não demonstra uma clara concepção das necessidades sociais. Encontra na verdade barreiras sociais, educacionais, midiáticas e intelectuais na compreensão dos estados de desigualdades de gêneros.

Do âmago da questão o poder público reconhece a necessidade de atualização e racionalização do Direito Penal em virtude das relações de gêneros, levantando esforços para evitar a continuidade desse ciclo violento.

O Estado, portanto é corresponsável direto no combate à violência de gênero. A sociedade responsável diretamente colabora com uma conduta de descrença em relação ao papel do Estado como órgão protetivo.

Como resultado, há uma desvalorização das Políticas Públicas, sobrevivendo condutas moralistas social e economicamente desiguais entre homens e mulheres. Essa responsabilidade direta impossibilita quebras de barreiras existentes nos conceitos de gênero e rompimento de culturas engessadas no passado.

A verdade é que o Estado esforça-se para apresentar medidas suficientes para minimizar essa cultura patriarcal, contudo torna-se inoperante por fatores sociais e econômicos, assim a efetividade dos mecanismos legislativos, está vinculada a conduta multidisciplinar daqueles estarão atuando diretamente na satisfação dos anseios das vítimas.

A proposta trazida não exige somente uma alteração do comportamento da sociedade, mas também de todo um contexto judicial.

Assim, corrobora Rocha (2007, p. 209) dizendo como a atuação do Judiciário infere no enfrentamento da violência de gênero e o acesso à justiça diante das relações sociais conflituosas afirmando que:

A atuação do Judiciário configura-se como uma ação política, na medida em que reafirma ou contesta princípios de divisão e critérios de classificação, contribuindo para reproduzir ou modificar as relações sociais. Sob essa perspectiva, o Judiciário é um dos espaços em que deve ser travada a luta pelo enfrentamento da violência de gênero, que, de modo mais amplo, é parte importante da luta pela ampliação da democracia, de modo que essa atuação se constitua em um dos instrumentos efetivos de defesa e garantia de direitos dos segmentos subalternizados, através da democratização do acesso desses setores e de uma intervenção que supere as falhas e omissões do Judiciário no Brasil.

A lei prevê um maior rigor na aplicação das penas face ao agressor e conseqüentemente ao homicida passional. Para tanto, prevê quando necessário a preservação da integridade física e psicológica da mulher, por meio de medidas protetivas.

Assim, Lorea (2011, p.27) apresenta os desafios encontrados pelos operadores dessas medidas e títulos penais, ao dizer que:

No que tange à sua efetivação, contém enormes desafios, seja para a efetivação das decisões judiciais, quando prevê, por exemplo, a garantia no emprego à mulher em situação de violência ou a inclusão dessa mulher em programa de benefícios do governo; seja no âmbito das políticas públicas, quando propõe a inclusão do conteúdo 'equidade de gênero' em todos os níveis de ensino.

O judiciário ao julgar tende a enfrentar um grande problema, isso porque nas relações que envolvem gêneros a interpretação normativa não pode estar adstrita somente a letra da lei. A tendência das formas de julgamento, muitas vezes, não tem um acompanhamento multidisciplinar com outros fatores necessários para a real solução do problema, tais como: saúde; segurança pública; acompanhamento psicológico e educacional.

Os mecanismos utilizados, a forma como é julgado os criminosos ou como as vítimas são tratadas, não traz uma compreensão direta das relações de gênero, isso porque somente vislumbrar a lei não é suficiente para garantir a igualdade.

A compreensão normativa, precisa ser visualizada através do contexto em que vítimas e acusados estão inseridos. O julgamento e o julgar devem acompanhar uma cultura-social, no momento real em que as relações afetivas estão sendo processadas. Para no fim, aplicar e executar a pena, conforme a conduta delituosa praticada, como uma forma de garantir uma recomposição das relações humanas dignamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada justifica a diferenciação de gêneros, principalmente quando as condutas delituosas ferem a integridade física, psicológica, moral e social da condição feminina em sociedade.

O Estado demonstra dificuldades em desnaturalizar a cultura de diferenciação de gêneros, isso porque, apesar de o crime passionai causar uma reprovação social, ainda persiste no núcleo da sociedade fatores que possibilitam a condicionante de fragilidade feminina, seja na criação de políticas públicas, na implementação de novos paradigmas, ou na análise penalista quanto ao julgamento dos homicidas passionais.

O Ordenamento Jurídico Penal Pátrio legitimou, por um extenso período, o assassinato de mulheres em razão da sua inferioridade e submissão, ficando condicionada as decisões masculinas e normas estritamente afastadas das necessidades femininas.

Os registros históricos demonstraram que o Estado é conivente com a submissão da esposa ao marido, estabelecendo um padrão de condutas divorciadas, ou seja, baseava-se em parâmetros desiguais de tratamento social e jurídico. Compreendendo uma cultura jurídica extremamente patriarcal.

Para tanto, o traço conceitual das relações, sob as óticas de fatores emotivos na legitimação do homicídio passionai conduzem o indivíduo à prática delituosa. Assim o perfil da homicida passionai é traçado, contudo a compreensão desses perfis não atende e sustentam a razão de matar, alegando um estado passionai ou legítima defesa da honra.

A paixão e o amor são sentimentos favoráveis na construção do indivíduo como ser sociável, já a fidelidade e a honra constituem comportamentos exigidos

nas relações, esses sentimentos e posturas não são imposições que justifiquem o aprisionamento afetivo do outro proclamado pelo assassino.

Assim, condicionar o adultério, a infidelidade e o ciúme como motivos reveladores para uma punição severa, sobrepuja a supremacia masculina de maneira a impedir que a mulher evolua em direitos e individualidade. O homicida passional, acaba perseguindo essa autoafirmação, causando sofrimento a vítima e revolta por seu comportamento egoístico, inseguro e possessivo.

Por sua vez, a mulher conquista paulatinamente seu espaço nos setores estritamente masculinizados. Visto isto, com os movimentos femininos que discutem o comportamento masculino ao estabelecer padrões, que invocam uma resposta do Estado para proteger a categoria, através de alterações normativas, constituinte e instituidora de políticas públicas eficazes no combate e erradicação das diferenças de gênero.

A mulher é livre, mas é fato que permanece inclusa na sociedade uma figura de desigualdade econômica e social entre os sexos, tornando possível uma hierarquia de gêneros. E, como consequência disso, o favorecimento da não diminuição dos números de homicídios femininos na atualidade.

Como dito alhures, os níveis de assassinatos femininos demonstram que as relações de gênero permanecem conflituosas, cabendo ao Poder Público enviar projetos e programas que atendam as necessidades das vítimas, assegurando maior autonomia feminina, inclusive com alterações penais que recrudesçam as penas aplicadas ao assassino passional.

Contudo, é compreensível o entendimento de que as políticas públicas aplicadas são insuficientes ou estão num processo de entendimento social limitado pela cultura patriarcal. Assim, violência contra a mulher transfigura-se num dos maiores problemas enfrentado pela Política Assistencialista brasileira. Isso porque não basta criar mecanismos paliativos de condutas criminosas, é preciso que ocorra uma alteração conjunta com setores educacionais; midiáticos; de segurança pública; e sociais para prevenir, responsabilizar e punir a conduta passional em virtude do gênero.

Nesse contexto de desigualdade de gênero, a Constituição Federal de 1988, garante a igualdade entre os sexos, conquanto a violência extrema torna-se uma questão fenomenológica jurídica no que tange ao enquadramento penal e ao efetivo julgamento dos casos.

A persecução penal defensiva garantiu aos homicidas passionais uma tolerância jurídica e julgadora ao serem complacentes em aceitar que a conduta como privilégio, todavia a nova construção do fenômeno de gênero persegue uma melhor racionalização desses institutos penais.

Assim, a inclusão do feminicídio, como uma qualificadora circunstancial, permite uma melhor visualização dos hábitos e pontos motivadores da prática delituosa. Contudo, a instituição de um tratamento penal mais rigoroso não vai alterar a mentalidade irracional de determinados julgadores em aceitar que a vítima foi a culpada direta do homicídio passional.

A mudança de mentalidade não pode ser apenas da sociedade. A problemática jurídica, também está incutida na forma de julgar e entender a evolução conceitual da igualdade de gênero. Até porque, a resposta do fenômeno não abarca somente os instrumentos legislativos disponibilizados pelo Estado de Direito, mas também, é importante que exista uma justa maneira dos julgadores distribuírem esses mecanismos ao punir e executar a pena. O que se tornará dificultoso enquanto a sociedade vivenciar uma cultura patriarcal disfarçada.

Ilusório seria acreditar que as políticas públicas e os institutos penais resolveriam as carências sociais. A resposta ao fenômeno da violência de gênero extremista, talvez, se solidificará quando o judiciário ao julgar passasse a não enxergar apenas a lei, mas compreender as relações de gênero num patamar sociocultural, psico-afetivo e, sobretudo uma visão humanista e pedagógica no tratamento e prevenção do crime passional.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. Trad. Sérgio Milliet. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BRASIL. *Ordenações e leis do Reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. <Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em: 05 de jan.2015.

_____. *Lei de 16 de dezembro de 1830*. Manda Executar o Código Criminal. D. Pedro por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. >. Acesso em: 05 jan. de 2015.

_____. *Decreto n. 847 ? de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro dos Negocios da Justiça, e reconhecendo a urgente necessidade de reformar o regimen penal, decreta o seguinte: codigo penal dos estados unidos do brazil. Disponível em:<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 05 jan. de 2015.

_____. *Decreto lei n° 2848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 01 jun. de 2015.

_____. *Decreto n. 8.202 de 6 de março de 2014*. Altera o Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Disponível

em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8202.htm>. Acesso em: 29 maio de 2015.

_____. *Lei nº 13.104, 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 02 jun. de 2015.

_____. *Conselho nacional dos direitos das mulheres regimento interno*. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/regimento-atualizado-do-cndm.pdf>. Acesso em: 29 maio de 2015.

_____. Secretaria de Políticas Públicas. *Rede de enfrentamento à violência contra a mulher*. Coleção Enfrentamento à violência contra a mulher. Brasília, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família*. In. CARVALHO, Nanci Valadares de (org.) *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1990.

CAMARGO, Aquino, AQUINO, Silvia de. *Políticas públicas estratégicas na proteção às mulheres*. In In Márcia Camargo (org.) *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher - Plano Nacional Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero: Construindo políticas públicas*. Brasília, 2003.

CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal: parte especial 2*. São Paulo: Saraiva, 2012.

CHAVES, Anesia Pacheco e. *E agora mulher?*. Rio de Janeiro: Guanabara S.A. 1986.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório anual de 2000*. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. Acesso em: 25 maio de 2015.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. *Relatório Final*. Brasília: Secretaria de Comissões, 2013.

_____. *Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, convenção de Belém do Pará*. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>> Acesso em: 29 maio de 2015.

CRISTIANI, Claudio Valentim. Uma introdução à história social e política do processo. In WOLKMER, Antônio Carlos (org.) *Fundamentos de história do direito*. 8º Ed. Belo Horizonte: Del Ray, 2014.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. 1 v.

_____. *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. 2 v.

_____. *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. 3 v.

_____. *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. 4 v.

ELUF, Luiza Nagib. *A Paixão no Banco dos Réus: casos passionais céleres: de Pontes de Visgueiro a Pimenta Neves*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FALCONI, Romeu. *Lineamento de direitos*. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1997.

FERNANDES, Emilia. Cada mulher brasileira, uma cidadã. In Márcia Camargo (org.) *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher - Plano Nacional Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero: Construindo políticas públicas*. Brasília, 2003.

FERNANDES, Newton, FERNANDES, Valter. *Criminologia Integrada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A, 1986.

GEBRIM, Luciana Maibashi, BORGES, Paulo César Corrêa. *Violência de gênero: Tipificar ou não o femicídio/feminicídio?*. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/503037>>. Acesso em: 03 jun. de 2015.

HERMMAN, Leda. *Violência doméstica: a dor que a lei esqueceu*. São Paulo: CEL-LEX, 2000.

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958. 5 v.

LOREA, Roberto Arrida. A condição feminina na cultura jurídica brasileira. *Revista Jurídica Consulex*. Brasília, ano XV, nº 356, p. 26-27, nov. 2011.

LYRA, Roberto. *Polícia e justiça para o amor: criminalidade artística e passional*. Rio de Janeiro: A Noite, 1932.

MAGNABOSCO, Maria Madalena. Mal-estar e subjetividade feminina. *Revista Malestar e Subjetividade*, Fortaleza, v. III, n. 2, p. 418-438, Set. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal: Parte Especial*. São Paulo: Atlas, 2004, 2.v.

_____. *Manual de Direito Penal: Parte Geral*. São Paulo: Atlas S.A, 2004, 1.v.

MIRABETE, Julio Fabbrini, FABBRINI, Renato N. *Código Penal Interpretado*. São Paulo: Atlas S.A, 2013.

NORONHA, Magalhães E. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 2003, 2.v.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Max Limonad, 1998.

PRADO, Regis Carvalho, CARVALHO, Érika Mendes de, CARVALHO, Gisele Mendes de. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PULTINAVICIUS, Joelma. *Gênero, direito e sistema penal: o princípio da igualdade revisitado*. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/joelma_pultinavicius.pdf. Acesso em: 22 mai. 2015.

RABINOWICZ, Léon. *O crime passional*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2007.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. *Violência de gênero e o cumprimento da lei no Brasil: a atuação do campo jurídico*. in *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 23.796, de 6 ago. 1985. Cria a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/194816/decreto-23769-85>>. Acesso em: 29 maio de 2015.

_____. Tribunal de Justiça. *Apelação: 31283920068260286 SP 0003128-39.2006.8.26.0286*, Relator: Otávio de Almeida Toledo, Data de Julgamento:

08/05/2012, 16ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 10/05/2012. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21641246/apelacao-apl-31283920068260286-sp-0003128-3920068260286-tjsp>>. Acesso em: 03 jun. de 2015.

SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cecília MacDowell. *Delegacia da Mulher em São Paulo*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/dh/br/jglobal/redesocial/redesocial_2001/ca-p4-delegacia.htm>. Acesso em: 21 maio de 2015.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. São Paulo: Forense, 1963. 1 v.

_____. *Vocabulário Jurídico*. São Paulo: Forense, 1963. 2 v.

_____. *Vocabulário Jurídico*. São Paulo: Forense, 1963. 3 v.

_____. *Vocabulário Jurídico*. São Paulo: Forense, 1963. 4 v.

SOS AÇÃO MULHER E FAMÍLIA. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.sosmulherfamilia.org.br/quem-somos-0>>. Acesso em: 29 maio de 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: atualização: homicídios de mulheres no Brasil*. Flacso Brasil: CEBELA, 2012.

OBRAS CONSULTADAS

AMORIM, Linamar Teixeira de. *Gênero: uma construção do movimento feminista? Disponível em:* < <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Linamar.pdf> >. Acesso em: 23 maio de 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. *NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BOSELLI, Giane. *Delegacia de Defesa das Mulheres: permanências e desafios*. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1694:delegacia-de-defesa-das-mulheres-permanencias-e-desafios&catid=215:artigos-e-textos&Itemid=149>. Acesso em: 23 maio de 2015.

BRASIL. Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra mulher, - plano nacional. *Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. Brasília: A Secretaria, 2003.

COSTA, Fernando José, COSTA, Paulo José da., Jr. *Curso de direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 2010.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico: explicação das Normas da ABNT*. 16. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

GOMES, Izabel Solyszko. *Campo minado: um estudo sobre o feminicídio na região metropolitana de Cuiabá*. 2010, p. 117 (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MIRANDA, Mara Cyntihia. *Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil*. Disponível

em:<http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf>. Acesso em: 23 maio de 2015.

PÊGO, Natália César Costa de Matos. *Crimes passionais: atenuantes x agravantes*. Presidente Prudente/SP, 2007, 80 p. (Monografia apresentada Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, faculdade de direito de Presidente Prudente).

REVISTA JURÍDICA CONSULEX. *Violência e Criminalidade: A banalização da vida humana pela mídia*. Brasília: Consulex, ano XV, nº 341, p. 24-35, abr. 2011.

REVISTA JURÍDICA CONSULEX. *Violência contra a mulher: da desigualdade de gênero ao feminicídio*. Brasília: Consulex, ano XVII, nº 404, p. 26-44, nov. 2013.